



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**



**THALLES DORNELAS**

**NEGROS REVOLUCIONÁRIOS: HERÓIS ESQUECIDOS DA REVOLUÇÃO  
HAITIANA E SEU IMPACTO NA ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO NO NOVO  
MUNDO**

**MARIANA**  
**Fevereiro 2024**

**THALLES DORNELAS**

**NEGROS REVOLUCIONÁRIOS: HERÓIS ESQUECIDOS DA REVOLUÇÃO  
HAITIANA E SEU IMPACTO NA ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO NO NOVO  
MUNDO**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Departamento de História do Instituto de Ciências  
Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro  
Preto, como requisito parcial para conclusão do curso  
de História.**

**Orientadora: Dra. Andréa Lisly Gonçalves.**

**MARIANA  
Fevereiro 2024**



## FOLHA DE APROVAÇÃO

Thalles Dornelas Campos Barbosa

**Negros revolucionários: heróis esquecidos da revolução haitiana e seu impacto na abolição da escravidão no Novo Mundo**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em História

Aprovada em 15 de fevereiro de 2024

### Membros da banca

Doutora Andréa Lisly Gonçalves - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Doutora - Kelly Eleutério Machado de Oliveira - (Universidade de São Paulo - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo)

Andréa Lisly Gonçalves, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 15/02/2024



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Lisly Goncalves, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 16/05/2024, às 09:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0711867** e o código CRC **8DBDF83**.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de fazer desse trabalho uma homenagem para a minha mãe, Maria Alice Dornelas Campos, obrigado por todo apoio e carinho nessa jornada. Quanto aos agradecimentos, quero expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas que fizeram parte da minha vida nesses 4 anos de estudos em Mariana e a todos os meus professores do ICHS que tornaram possível a realização desse trabalho. Lembro-me vividamente do dia em que cheguei na República Chora Rita e conheci meus primeiros amigos nessa cidade. Gostaria de enviar um abraço especial para o Paulo Henrique (Guedes), Julio Cesar (Nhanhão) e ao Lincoln (lol). Guardarei para sempre as boas lembranças dos momentos que vivemos juntos. Aos demais ex-alunos, também gostaria expressar meu carinho por terem me acolhido tão bem.

No meu primeiro dia aula, conheci meu grande amigo Marcos (Felpz), que fez parte da minha trajetória em toda a universidade. Obrigado pelos bons momentos que vivemos nestes 4 anos de graduação. Gostaria de agradecer também ao Gabriel (Mogli), que sempre foi presente nos melhores momentos que vivi em Mariana. Além disso, gostaria de expressar meu grande carinho por todos os meus amigos que tive o prazer de conhecer durante esses 2 anos na República Calangos. Nossas histórias e memórias serão eternas em minha vida.

Também gostaria de agradecer à Sofia Lima e à Suilla Hanya pelo seu apoio emocional e encorajamento constante. Vocês foram fundamentais para que eu pudesse me empenhar a esta graduação com dedicação e foco. Espero um dia poder retribuir todo o carinho e apoio que vocês tiveram por mim. Meus amigos de Ouro Branco também foram essências nessa jornada. Gostaria de agradecer ao meu amigo Gabriel Alicio, que sempre foi um grande parceiro de debates e reflexões históricas. Além disso, gostaria de agradecer também ao meu amigo Eduardo Dutra pelo apoio e incentivo, e aos demais amigos do Cornarpão.

A minha professora e orientadora Andréa Lisly Gonçalves, gostaria de agradecer por todo carinho e pelas maravilhosas aulas que tivemos, as quais me fizeram desenvolver uma paixão pelo período histórico que estou trabalhando. Também gostaria de agradecer ao professor Matheus Fávaro, que me apresentou o livro *Jacobinos Negros* (1938) de C. L. R. James e me fez conhecer a história do Haiti. Além disso, gostaria de expressar minha gratidão aos professores André Freixo, Valdei Lopez e Marco Antônio

por terem proporcionado excelentes aulas e debates sobre a história. Sem vocês, este trabalho não seria possível.

Por fim, quero expressar minha gratidão a todas as fontes de inspiração que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho, sejam elas obras acadêmicas, autores, professores, ou outras fontes de conhecimento que moldaram minha compreensão e perspectiva sobre o tema.

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio e contribuição de todos vocês. Obrigado por fazerem parte desta jornada e por tornarem este sonho uma realidade.

*“Lutar do lado errado é já perder a guerra  
Do lado certo a gente vence mesmo quando perde  
E quando vence, vence duas vezes  
Triunfamos e eles terão que retroceder  
Novo alvorecer e agora terão que reconhecer  
A volta da vitória  
Um brinde pra Dessalines  
Cacique Piquerobi  
Dandara, Leila Khaled  
Inspiração em Rojava e nas vietcongs  
Nós movemos continentes como placas tectônicas”.*  
(Don L – Volta da Vitória)

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos da Revolução Haitiana (1791-1804) nos movimentos de libertação das populações negras do Novo Mundo, reconhecendo os revolucionários haitianos como precursores do movimento abolicionista. A pesquisa investiga a influência desse evento histórico nos movimentos de independência latino-americanos e destaca a importância dos africanos escravizados de Saint-Domingue no processo revolucionário francês. A partir de uma perspectiva decolonial, ressaltaremos a Revolução Haitiana como marco inicial para o processo de abolição da escravidão negra nas Américas. Mostrando que a Revolução Haitiana serviu como uma chama catalisadora para diversas rebeliões e movimentos de contestação social. Entre esses movimentos, destaca-se a sublevação conhecida como 'Pedrosada', ocorrida em 1823. Esta revolta, inserida no contexto das múltiplas lutas pela independência e da efervescência política da Confederação do Equador, refletiu a influência direta e indelével da Revolução Haitiana no cenário luso-brasileiro. Ao desafiar narrativas que atribuem a abolição da escravidão exclusivamente aos ideais do Iluminismo francês e ao desenvolvimento do Capitalismo Industrial britânico, este estudo busca manter viva a memória desse magnífico evento histórico e reconhecer sua influência vital nos movimentos de libertação das populações negras de toda as Américas.

**Palavras-Chave:** Abolição da Escravidão; Plantations; Liberdade; Revolução Haitiana; São Domingos.

## ABSTRACT

The present work aims to analyze the impacts of the Haitian Revolution (1791-1804) on the liberation movements of black populations in the New World, registering Haitian revolutionaries as precursors of the abolitionist movement. The research investigates the influence of this historical event on Latin American independence movements and highlights the importance of enslaved Africans from Saint-Domingue in the French revolutionary process. From a decolonial perspective, we will emphasize the Haitian Revolution as the starting point for the process of abolition of black slavery in the Americas. Showing that the Haitian Revolution served as an open flame for several rebellions and social protest movements. Among these movements, the uprising known as 'Pedrosada', which occurred in 1823, stands out. This revolt, inserted in the context of the multiple struggles for independence and the political effervescence of the Confederation of Ecuador, reflected the direct and indelible influence of the Haitian Revolution on the scene Portuguese-Brazilian. By challenging narratives that attribute the abolition of slavery exclusively to the ideals of the French Enlightenment and the development of British Industrial Capitalism, this study seeks to keep alive the memory of this magnificent historical event and consider its vital influence on the liberation movements of black populations throughout the Americas.

**Keywords:** Saint Domingos; Abolition of Slavery; Plantations; Freedom; Haitian Revolution.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Localização da região de Pernambuco no mapa do Brasil..... 46

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA</b> .....	17
2.1 Antecedentes Históricos da Colonização em Saint-Domingue .....	17
2.2 Sociedade e Economia Colonial do Século XVIII .....	20
2.3 Questão Racial em Saint-Domingue e os Amigos dos Negros na França.....	24
<b>3. A REVOLUÇÃO HAITIANA: FATORES DETERMINANTES E DESENVOLVIMENTO</b> .....	28
3.1 Efeitos da Revolução Francesa em Saint-Domingue .....	28
3.2 Levantando-se Juntos: O Movimento das Massas em São Domingos .....	31
3.3 Toussaint Louverture: Um Líder em Ascensão.....	34
3.4 Jean Jacques Dessalines: O Primeiro Imperador do Novo Mundo .....	36
<b>4. LEGADOS DA REVOLUÇÃO HAITIANA: REFLEXOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E NA ORDEM COLONIAL</b> .....	40
4.1 Mudanças Sociais e Econômicas Pós-Revolução e Estabelecimento do Estado Haitiano Independente .....	40
4.2 Além das Fronteiras: A Revolução Haitiana e seu Impacto nos Processos de Independência Latino-Americanos .....	42
<b>5. AS VÁRIAS INDEPENDÊNCIAS: NEGROS, MULATOS E O CENÁRIO DA PEDROSADA NOS MOVIMENTOS DE INDEPENDÊNCIA EM PERNAMBUCO</b> .....	46
5.1 O Partido dos Negros e seu Impacto na Formação do Estado Brasileiro .....	50
<b>6. CONCLUSÃO</b> .....	54
<b>7. REFERÊNCIAS</b> .....	57

## 1. INTRODUÇÃO

As colônias ultramarinas desempenharam um papel de suma importância no processo de desenvolvimento econômico das potências europeias a partir do século XVI (WILLIAMS, 1944). O estabelecimento e a exploração dessas colônias constituíram elementos fundamentais na expansão do poder econômico e político europeu em escala global. No decorrer do século XVI ao XVIII, observou-se uma transição substancial na composição da população escravizada das colônias americanas, marcada pela crescente adoção de trabalhadores negros nas diversas esferas das atividades econômicas, notadamente aquelas associadas à produção agrícola e aurífera (DE BIVAR MARQUESE, 2006). A preferência por cativos africanos, no lugar da mão de obra indígena, indicou desde o início em uma mudança significativa nas estratégias de exploração colonial, onde a busca pelo lucro se mostrava mais vantajosa (WILLIAMS, 1944). O papel desempenhado pelos trabalhadores escravizados não só moldou as bases econômicas do Novo Mundo, mas também deixou uma marca permanente nas estruturas sociais e culturais dessas regiões, criando assim um panorama complexo e multifacetado na história colonial das Américas.

Ao sustentar a tese de que portugueses e espanhóis foram os propulsores da reconfiguração do escravismo moderno, De Bivar Marquese (2006) delinea o paradigma emergente do novo sistema escravista europeu, que envolvia o emprego em larga escala de trabalhadores africanos escravizados. O “escravismo de plantation” criado pelos povos ibéricos assentava-se na indústria açucareira e apresentava consideráveis perspectivas de rentabilidade, em virtude de sua avançada tecnologia e dos reduzidos custos de sua produção, associados ao uso massivo de mão de obra escrava. O novo modelo de produção teve suas primeiras implementações e experiências nas ilhas Canárias, Madeira e São Tomé, sendo posteriormente adotado pelos portugueses nas capitânicas do norte (atual nordeste) das terras brasileiras. Conforme o apresentado De Bivar Marquese (2006, p. 111), o arranque definitivo da indústria açucareira da América portuguesa, “[...] ocorreu entre 1580 e 1620, quando o crescimento acelerado da produção brasileira ultrapassou todas as outras regiões abastecedoras do mercado europeu.”

Diante do sucesso obtido na produção açucareira portuguesa, não demoraria para que outras potências coloniais manifestassem interesse neste sistema produtivo e empreendessem esforços para sua emulação. Já no final do século XVI, observava-se

um aumento significativo da participação de comerciantes ingleses e holandeses no comércio de açúcar entre o Brasil e a Europa. As invasões holandesas do século XVII na Bahia (1624) e em Pernambuco (1630) foram largamente influenciadas pela dinâmica econômica das capitânicas açucareiras, que naquele momento eram as regiões mais ricas do Brasil colônia. Em decorrência dos eventos mencionados e a expulsão dos holandeses do nordeste brasileiro em 1654, o monopólio e os segredos de produção do escravismo de *plantation* deixaram de ser exclusivos aos territórios portugueses (DE BIVAR MARQUESE, 2006).

De acordo com De Bivar Marquese (2006), os membros e acionistas da Companhia das Índias Ocidentais Holandesas esforçaram-se para estabelecer sua própria produção de açúcar no Mar Antilhano, mas apesar das tentativas, os resultados foram desfavoráveis, levando-os a direcionar investimentos às *plantations* da França e Inglaterra. Esse movimento desencadeou a disseminação do modelo escravista ibérico pelas Américas. A rápida reprodução do complexo açucareiro e seu escravismo de *plantation* pelo Mar Antilhano, a partir da segunda metade do século XVII, teve impactos imediatos e prejudiciais à economia colonial portuguesa. O aumento expressivo das produções britânica e francesa no início do século XVIII, junto com o protecionismo econômico das metrópoles, provocou uma redução na demanda do açúcar brasileiro nos mercados europeus, desencadeando diversas crises no sistema colonial português.

Em meados do século XVIII, o investimento holandês na produção de açúcar já resultava em grandes lucros. Nesse período, o império colonial francês encontrava-se centrado em uma pequena ilha localizada no Caribe, popularmente conhecida como a “Pérola das Antilhas”, correspondente ao presente território do Haiti. A grande prosperidade econômica da ilha havia projetado a França para o topo do mercado internacional de produtos coloniais. Contando com uma mão de obra de cerca de meio milhão de escravos, a parte leste da ilha de Hispaniola era a colônia francesa mais produtiva do ultramar (MOREL, 2017). O sucesso da produção caribenha era a base da riqueza da burguesia dos portos franceses, representando aproximadamente 20% do Produto Interno Bruto (PIB) da metrópole, oriundo quase que exclusivamente de seu sistema escravista de *plantation* (MOREL, 2017). O processo produtivo em questão exibia similaridades com o modelo nordestino, contudo, apresentava diferenças substantivas.

As diversas ilhas açucareiras do Caribe inglês e francês, apesar das variações, apresentaram durante todo o século XVIII uma relação desproporcional entre a quantidade de trabalhadores escravizados e a população branca. Na ilha de São Domingos, a discrepância era ainda mais elevada do que aquela observada nas outras colônias americanas (DE BIVAR MARQUESE, 2006). De acordo com os dados apresentados por De Bivar Marquese (2006, p.117), estimativas indicam que, às vésperas da Revolução Haitiana, a proporção entre trabalhadores escravizados e indivíduos brancos era de aproximadamente quinze para um. Além do sistema extremamente violento no tratamento dos cativos, somava-se o comportamento predominante entre os proprietários rurais e administradores coloniais franceses, caracterizado por uma postura socialmente fechada.

Nas colônias escravistas inglesas, mesmo as de maior magnitude, não apresentavam uma estrutura social tão díspar. A título de ilustração, a ilha de Barbados registrava uma média aproximada de quatro trabalhadores escravizados para cada indivíduo de origem europeia, sendo uma das ilhas mais brancas do Caribe. Vale notar que, em comparação, apenas algumas regiões da Jamaica se aproximavam do padrão societário observado no Haiti (DE BIVAR MARQUESE, 2006).

A concessão de cartas de alforria também não constituía uma prática comumente adotada pelos dirigentes franceses, ao contrário do que ocorria no contexto brasileiro, onde esse mecanismo foi utilizado como um meio eficaz para lidar com as tensões inerentes à escravidão. Em contraste com a realidade na América portuguesa, onde a população livre de ascendência negra ou mulata coexistia com indivíduos de origem branca, na “Pérola das Antilhas” observava-se uma agudização do conflito social (DE BIVAR MARQUESE, 2006). A ilha era caracterizada por um sistema extremamente violento no trato dos escravizados e uma limitada integração social de africanos e seus descendentes livres com a elite local. Esses aspectos são de extrema relevância para a compreensão dos fatores que culminaram na efervescência social de São Domingos (MOREL, 2017).

Nas colônias antilhanas, a extensa utilização de trabalhadores negros escravizados era considerada a única estratégia vantajosa, do ponto de vista financeiro, para suprir a escassez de mão de obra. Inicialmente, os povos pré-colombianos foram os primeiros a serem escravizados pelos europeus, sendo submetidos às atividades mineradoras e à construção de engenhos, resultando no massacre de milhares de vidas humanas e quase em seu extermínio (MOREL, 2017).

As possessões coloniais britânicas até 1776 – início da guerra de independência dos Estados Unidos –, conforme mencionado por Eric Williams (1944), também não escapam dessa desordem, podendo ser categorizadas em dois tipos distintos. O primeiro consiste em regiões de economias autossuficientes e diversificadas, lideradas por pequenos agricultores que empregavam a mão de obra livre, exemplificado pelas colônias do Canadá e Norte dos Estados Unidos. O segundo tipo é representado pelas colônias americanas voltadas para a exploração da mão de obra escrava, especializadas na produção de fumo e algodão, como no caso do Sul dos Estados Unidos – apesar de suas singularidades –, e as ilhas voltadas à produção de cana-de-açúcar, como a Jamaica e as demais ilhas do Caribe anglófono.

Nessas regiões, o escravismo de *plantation* emergiu como uma instituição econômica fundamental, desempenhando o papel de alicerce para as economias metropolitanas e locais. Devido às limitações demográficas da população europeia do século XVI, que restringia a disponibilidade de trabalhadores livres necessários para o Novo Mundo, a produção em larga escala desses insumos primários tornava-se impraticável sem a mão de obra escrava (WILIANS, 1944). A instituição da escravidão tornou-se imperativa diante desse cenário, e em determinadas circunstâncias, suas vantagens são indiscutíveis. No cultivo de produtos como cana-de-açúcar, algodão e tabaco, conforme argumentado por Eric Williams (1944, p. 10 e 11), onde o custo da produção é apreciavelmente reduzido, o proprietário de trabalhadores negros escravizados, “com sua produção em grande escala, pode fazer uso mais proveitoso da terra do que o pequeno agricultor ou proprietário lavrador”. Contudo, essa acumulação primitiva de capital resulta no rápido esgotamento do solo, decorrente da degradação sistemática das áreas cultiváveis e florestais para a expansão da monocultura. Esses fatores foram determinantes nas futuras crises enfrentadas pelas colônias inglesas a partir da segunda metade do século XVIII, juntamente com a independência dos Estados Unidos da América e o apogeu da produção açucareira em Saint-Domingue (WILIANS, 1944).

Na esteira desses acontecimentos e em concomitância com a Revolução Francesa, em 1791, desencadeou-se, na parte leste da ilha de Hispaniola, a maior revolta de escravos desde a antiguidade. A ilha de São Domingos foi palco da primeira e única Revolução Escrava vitoriosa da História Moderna, sendo um momento de definição da história mundial. A insurreição dos trabalhadores escravizados contra seus senhores resultou na destruição da escravidão e, posteriormente, na conquista da independência

da ilha em 1804, transformando o Haiti no primeiro país fundado por africanos e seus descendentes fora da África, e tornando-se o segundo país independente das Américas – o primeiro foi as Treze colônias inglesas (MOREL, 2017).

Ao longo dos anos que marcaram a Revolução Francesa e a construção de uma nova ordem jurídica burguesa, conforme o apresentado por De Saes (2013), o fim da escravidão nas colônias não seria um desfecho inevitável. A solução proposta pelos revolucionários franceses, no auge de suas considerações, abarcava, no máximo, a concessão de direitos ampliados aos mulatos e a implementação de uma “abolição gradual da escravidão”, medida que, ao final, tenderia a apenas prolongar a vigência desse sistema cruel, favorecendo unicamente os interesses da elite colonial escravista. Foram os negros armados, sob o comando de Toussaint-Louverture, em 1794, que forçaram a República Francesa a aceitar o feito já consumado da abolição da escravatura na ilha de São Domingos, após uma guerra sangrenta contra as maiores potências europeias do século XVIII: Inglaterra, França e Espanha (JAMES, 1938).

A Revolução Haitiana foi a prova de fogo para os ideais iluministas, sendo o fator determinante na universalização da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1789), que até então era restrita a uma pequena parcela da população mundial. Os principais protagonistas desse magnífico evento histórico foram os próprios trabalhadores escravizados da ilha que, interligados paradoxalmente à Revolução Francesa, lutaram para que fosse abolida a escravidão do Império francês – não apenas em sua metáfora, mas a escravidão real. Os olhos do mundo se voltaram para São Domingos, pois a ilha atravessou as fronteiras que separavam não apenas as raças, mas também os escravos dos homens livres, proporcionando um novo horizonte de emancipação universal para os escravizados de diferentes partes do planeta, ampliando a percepção do que era possível e impossível frente o contexto da escravidão (BUCK-MORSS, 2011). O cerne deste estudo não reside na mera análise da importância da Revolução Francesa para os revolucionários haitianos, mas, ao contrário, busca-se evitar uma abordagem que vincule os acontecimentos da Revolução Haitiana a uma simples narrativa linear da História do Progresso, onde frequentemente a abolição da escravidão é associada exclusivamente ao Iluminismo francês e ao desenvolvimento do Capitalismo Industrial britânico no século XIX (MOREL, 2017).

O que não faltam são desdobramentos e reinterpretações dessa revolução nos quatro cantos das Américas. A Revolução Haitiana é assim fundamental para se enxergar o passado e a luta por direitos, no intuito de se estender as fronteiras da nossa

imaginação moral. Nesse sentido, tomar o Haiti como ponto de partida para examinar a libertação das populações negras nas Américas é trabalhar a tentativa de narrar as "histórias não-narradas", incluindo as ações coletivas que não se encaixam nas narrativas ocidentais, como as do contínuo progresso cultural, da luta de classes ou das civilizações dominantes. E enquanto evento impensável, essa revolução serve como chave metodológica para se acessar o cinismo da negação-contradição, pois é justamente sua impensabilidade, persistente até hoje no silenciamento historiográfico e filosófico, que constitui parte do problema. O não-pensar da Revolução Haitiana significa o não-pensar da humanidade de negros e de negras (DUARTE e QUEIROZ, 2016).

No primeiro segmento deste estudo, iremos contextualizar a colonização de Saint-Domingue. Em seguida, examinaremos os fatores que levaram os negros a se rebelarem contra os brancos e o poder colonial. Na terceira parte, analisaremos os impactos da Revolução Haitiana no mundo colonial e na ordem escravista. Por fim, investigaremos a importância dos revolucionários haitianos em outros movimentos de libertação das populações pobres, negras e mulatas, com ênfase no movimento conhecido popularmente como "Pedrosada", que ocorreu em Pernambuco em 1823 no período das independências latino-americanas.

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

### 2.1 Antecedentes Históricos da Colonização em Saint-Domingue

A história da colonização da Ilha Hispaniola remonta à primeira viagem de Cristóvão Colombo às Américas, em 1492. Os primeiros registros da população indígena dessa região são dos grupos *Taíno* (arawak), do século I a.C., que denominaram a ilha como *Haïti* (montanhoso). Estima-se que, às vésperas da conquista espanhola, a população da ilha variava entre 200 e 300 mil indígenas; entretanto, em 1600, quase todos haviam sido exterminados devido a epidemias, guerras e a instituição da escravidão (MOREL, 2017).

No início do século XVII, a Espanha abandonou a colonização da ilha devido ao esgotamento das reservas auríferas e da mão de obra indígena. Em 1630, surgiram as primeiras disputas entre espanhóis, franceses e ingleses pelo território, conflito que perdurou ao longo de todo período colonial. Em 1664, a França estabeleceu sua colonização na parte leste da ilha e, “no ano de 1697, pelo Tratado de Ryswick, a Espanha reconhece oficialmente à França o domínio sobre a parte ocidental da ilha de S. Domingos: O Haiti (MOTT, 1973, p. 127).”

A produção de insumos primários na ilha teve início em 1685, com as plantações de açúcar, café e tabaco, coincidindo com a implementação do *Code Noir* na França, que regulamentava a prática da escravidão em todo o Império francês. A administração das colônias antilhanas, cada vez mais povoadas por escravos, tornou-se a partir desse momento um elemento crucial para a elite dos portos franceses, dada a perspectiva de rentabilidade do escravismo de *plantation* como um empreendimento altamente lucrativo. Afinal, era a indústria açucareira portuguesa que havia apresentado “as maiores probabilidades de sucesso e que vinha sendo experimentando há várias dezenas de anos (SIMONSEN, 2005, p. 164).”

No entanto, no fim do século XVIII e início do XIX, o Brasil apresentava características únicas dentro do contexto das sociedades coloniais do Novo Mundo. A descoberta de ouro, em 1695, transformou a economia colonial brasileira e a dinâmica da escravidão. Enquanto as plantações do nordeste açucareiro, que requeriam grandes contingentes de trabalhadores escravizados, diminuían o ritmo de sua produção devido à introdução do açúcar antilhano no mercado europeu, o processo de extração das

reservas auríferas de Minas Gerais conduziu a colônia à formação de uma economia mais diversificada, impactando a distribuição de escravizados pelos diferentes estratos sociais (DE BIVAR MARQUESE, 2006). Os trabalhos nas minas de Vila Rica e Mariana, por exemplo, não dependiam do uso extensivo de mão de obra escrava, em comparação com o sistema de *plantation* nordestino, difundindo a posse de escravizados para o grosso da população que se aventurava nessas regiões à procura de ouro (DE BIVAR MARQUESE, 2006).

Ao comparar a dinâmica socioeconômica da América portuguesa com São Domingos, notamos outro dilema delicado na ilha, devido às características de seu modelo de produção centrado exclusivamente no sistema de *plantation*. O antagonismo racial, uma característica comum nessa sociedade marcada por senhores extremamente cruéis no tratamento de seus escravos, era amplificado pela chegada massiva de trabalhadores escravizados. Mesmo com a implantação do *Código Negro*, que visava assegurar o mínimo de proteção para os africanos retirados de seus lares, desde os primeiros momentos da colonização, os brancos tratavam seus cativos de maneira violenta (MOREL, 2017).

A ilha de São Domingos era majoritariamente composta por cativos do sexo masculino, devido às elevadas exigências de produção do sistema açucareiro, resultando em uma expectativa de vida notavelmente baixa, variando entre 3 a 7 anos. De acordo com Morel (2017, p.82 e 83), para manter as engrenagens funcionando a todo vapor, “em média 40 mil cativos (o equivalente da população considerada branca) vindos da África desembarcaram a cada ano na década de 1780 – verdadeira “africanização” da sociedade que se formava. A ‘Pérola das Antilhas’, no auge de sua produção, constituía, dessa forma, um verdadeiro espetáculo de horrores para as populações africanas, sendo um cenário de mortes e humilhações.

A brutalidade do sistema de *plantation* em São Domingos não apenas moldou a realidade cotidiana dos cativos, mas também criou as bases para um ambiente propício a revoltas escravas. Décadas antes da Revolução Haitiana e do apogeu da produção açucareira, o Haiti já apresentava índices elevados de rebeliões escravas. Em 1745, conforme observado por Morel (2017), ocorreram diversos levantes da população escravizada, liderados por Mackandal, que pretendiam destruir o sistema escravista da ilha. Isso culminou na prisão do líder em 1758, onde foi queimado vivo após lutar por sua liberdade. A auge de produção do escravismo de *plantation* de Saint-Domingue teve início em 1766 e, nesse mesmo ano, a colônia é batizada de “Pérola das Antilhas”.

Os escravos trabalhavam na terra e, como os camponeses revolucionários de qualquer lugar, desejavam o extermínio de seus opressores. Mas, trabalhando e vivendo juntos em grupos de centenas nos enormes engenhos de açúcar que cobriam a Planície do Norte, eles estavam mais próximos de um proletariado moderno do que qualquer outro grupo de trabalhadores daquela época, e o levante foi, por essa razão, um movimento de massas inteiramente preparado e organizado (James, 1938, p. 91).

O anseio por liberdade motivou os trabalhadores escravizados a se organizarem, e foi o estopim de diversas rebeliões que buscavam destruir o sistema escravista da ilha e matar a população branca. Quando o levante das massas iniciou-se, em 1791, os engenhos de São Domingos foram destruídos sistematicamente pelo negros, pois representavam a escravidão. Os revolucionários franceses não precisaram ensinar o significado da liberdade aos seus escravos, uma vez que eram livres em suas terras natais. O fato é que, ao retirar um indivíduo de seu ambiente familiar, negar-lhe sua humanidade e subjuga-lo a um status de mero animal de carga, uma simples engrenagem no sistema de produção das *plantations*, que se renova constantemente com a introdução diária de escravizados recém-chegados da África, cria por si próprio um cenário propício à eclosão de conflitos e movimentos de libertação (MOREL, 2017).

De Bivar Marquese (2006, grifo próprio), ao apresentar a dimensão do quilombo de Palmares na história da escravidão do Novo mundo, destaca que, apesar de sua formação como grande núcleo quilombola ter ocorrido apenas no contexto da invasão holandesa de Pernambuco, tornando-o o maior quilombo das Américas, esse movimento em busca de liberdade foi uma realidade comum nas regiões nordestinas onde a produção açucareira foi estabelecida. Inúmeras comunidades quilombolas, de dimensões e duração variáveis, surgiram nas Américas onde se instalou esse determinado tipo de sistema escravista, criando inúmeros transtornos para a elite colonial. A escravidão não foi aceita passivamente por esses seres humanos, eles lutaram desde o início com as armas que tinham à sua disposição.

O autor sustenta a tese de que eventos como Palmares, a Guerra Maroon jamaicana ou a campanha dos Saramaca estiveram diretamente interligados ao modelo de produção das fazendas e seu escravismo de *plantation*. Esse processo horrendo de acumulação de capital resultou em poucas oportunidades para os escravizados obterem alforria e contribuiu para as altas taxas de absenteísmo senhorial. Esses fatores, combinados aos elevados índices de violência no contexto caribenho, foram

responsáveis pela formação de um ambiente potencialmente propício à eclosão de uma revolução social.

As conexões entre as diversas sociedades escravistas, no contexto caribenho, tornam-se mais evidentes quando examinamos a lendária *Cerimônia do Bosque Caiãman* (1791). Nesse momento crucial da história haitiana, o sacerdote Dutty Boukman, um homem negro que havia experimentado a vida em cativo na Jamaica e no Haiti, emergiu como líder e por meio de um ritual *Vodu*, pregou a insurreição dos escravizados, dando início à maior rebelião de escravos da Era Moderna (MOREL, 2017). Essa cerimônia, liderada por uma figura anteriormente subjugada aos horrores do sistema escravista, destaca não apenas a resistência persistente dos africanos trazidos forçadamente ao Novo Mundo, mas também o papel significativo desempenhado pelos próprios trabalhadores negros escravizados na transformação dos rumos da história atlântica.

## **2.2 Sociedade e Economia Colonial do Século XVIII**

O contexto social do Haiti no século XVIII, conforme apresentado por Marcos Morel (2017), revela uma sociedade violenta e profundamente marcada por desigualdades sociais e raciais. Em 1789, às vésperas da Revolução Francesa, a ilha de São Domingos apresentava uma notável disparidade demográfica e étnica, com uma população estimada em 520 mil habitantes. A estrutura social da ilha era composta por aproximadamente 450 mil escravizados, 30 mil mulatos e libertos, e 40 mil colonos brancos.

A sociedade em questão foi marcada por uma profunda e violenta divisão racial, exacerbada pelo comportamento dos proprietários rurais e administradores coloniais franceses. Esses indivíduos, que buscando equiparar-se à aristocracia francesa, demonstravam uma limitada integração social e solidariedade com as populações negras da ilha. Ao longo do período colonial, a elite colonial em São Domingos mostrou-se relutante em aceitar, mesmo que seletivamente, indivíduos que possuíssem qualquer vestígio de ascendência africana, mesmo que fossem livres (MOREL, 2017).

É interessante notar como o sistema escravista nas Américas variava significativamente de uma região para outra, gerando particularidades sociais e culturais distintas. No contexto brasileiro, conforme apresentado por De Bivar Marques (2006,

p. 117), apesar da sociedade colonial portuguesa ser genuinamente escravista, o Brasil apresentava algo “mais distinto do que se observava no Caribe inglês e francês e no Sul dos Estados Unidos”. Essa distinção reside no fato de ter existido uma notável comunidade de descendentes de africanos, composta por pessoas livres negras ou mestiças, que coexistiam de maneira significativa com a população branca. As alforrias, medida pouco adotada pelos franceses e ingleses, eram de extrema importância para a manutenção da ordem social, sendo utilizadas como “válvula de escape” para as tensões do sistema escravista (MOREL, 2017). As populações escravizadas nessa parte da América eram capazes de vislumbrar, no melhor dos casos, um horizonte onde seria possível a recomposição de seus laços familiares e culturais, já que muito provavelmente “em uma ou mais gerações obteriam a liberdade via manumissão (DE BIVAR MARQUESE, 2006, p. 118).” Essas foram as características singulares do sistema escravista brasileiro, o que não implica que tenha sido benigna, mas sim que a organização societária portuguesa era única em comparação às outras colônias do Novo Mundo.

Em contraste, no Sul dos Estados Unidos, em determinadas regiões, os escravizados eram forçados a se reproduzirem dentro do próprio cativeiro, sendo uma das características marcantes do sistema escravista norte-americano (MARQUESE e PARRON, 2011). Paralelamente, no Brasil, conforme apresentado por De Bivar Marquese (2006), as mulheres eram frequentemente alforriadas na sua idade fértil para impedir a reprodução dos africanos em cativeiro. No caso antilhano, segundo Morel (2017), os homens constituíam a maioria da população devido às altas demandas de produtividade da ilha. Em ambos os casos, a reprodução do sistema escravista se dava pela inserção contínua de africanos recém-chegados e pela dependência do tráfico negreiro. Outro fator importante que ajuda a delimitar os diferentes sistemas escravistas das Américas é exemplificado pelo o apartheid social que se desenvolveu em consonância com a formação do Estado-Nação estadunidense, tornando-se parte integrante da primeira constituição liberal do Novo Mundo, que preconizava a ideia de “separados, mas iguais” (MARQUESE e PARRON, 2011).

As ilhas antilhanas, em sua maioria, não foram destinadas à colonização de povoamento, ao contrário do observado nas colônias continentais. Embora todas as colônias do Novo Mundo tenham compartilhado um fator comum, seu caráter extrativista, é crucial destacar os diferentes tipos de colonização das colônias americanas; As regiões do continente, como no Canadá e no Norte dos Estados Unidos,

eram vistas como terras propícias a novas oportunidades pelos colonos, atraindo uma grande quantidade de homens brancos para o desenvolvimento de sua economia. No caso brasileiro em específico e também, em certa medida, no Sul dos Estados Unidos, houve uma mistura dos dois tipos de colonização (WILLIAMS, 1944).

Para uma compreensão mais completa do tema, é fundamental analisar os números referentes ao tráfico negreiro transatlântico. Essa análise é crucial para compreender a amplitude do sistema escravista haitiano no século XVIII. Com base nos dados da plataforma *Slave Voyages*, constata-se que a Ilha de São Domingos recebeu cerca de 250 mil escravizados entre 1701 e 1750, enquanto o Brasil recebeu aproximadamente 1 milhão de escravizados no mesmo período. A partir da segunda metade dos Setecentos, o tráfico negreiro se intensificou no Mar Antilhano. Entre 1751 e 1800, o Haiti recebeu um total de 701.222 escravizados, enquanto o Brasil um total de 1.201.753 escravizados. Esses números são extremamente significativos para apenas uma porção da ilha de Hispaniola, a segunda maior ilha do Caribe, e demonstram a magnitude do sistema escravista de São Domingos.

O fato torna-se mais espantoso ao constatar que o Haiti só superaria o Brasil no comércio transoceânico de escravos durante apenas nos anos de 1781 a 1790, no auge da produção da Pérola das Antilhas. Nesse período, a ilha de São Domingos atingiu o ápice de seu tráfico negreiro, com aproximadamente 279.178 trabalhadores escravizados embarcados, enquanto nas terras brasileiras o total foi de 254.899 escravizados. Além disso, é extremamente importante salientar que a maior potência escravista europeia do século XVIII foi a Grã-Bretanha, com cerca de 2.459.957 trabalhadores escravizados enviados ao Novo Mundo.

Apesar do significativo volume do tráfico inglês durante o século XVIII, de acordo com Williams (1944), os eventos de 1776 marcaram o início do declínio da produção de todas as ilhas açucareiras do caribe anglófono. A declaração de independência dos Estados Unidos e a publicação da “Riqueza das Nações” provocaram a perda, pelos britânicos, de treze colônias do continente e mais oito ilhas no Caribe. Esses fatores foram essenciais para impulsionar a ilha de São Domingos para seu apogeu, até o início da Revolução Francesa em 1789, “sendo o fenômeno mais espantoso do desenvolvimento colonial.” Tornando Saint-Domingue responsável por destruir os sonhos dos ingleses no Mar Antilhano, a protoindústria haitiana era tão produtiva que o açúcar francês chegou a custar “um quinto a menos do que o britânico” (WILLIAMS, 1944, p.136). Essa reviravolta econômica não apenas redefiniu a

dinâmica nas ilhas açucareiras, mas moldou os rumos do continente americano, tornando as colônias açucareiras muito mais atrativas para a França e para os Estados Unidos.

Impedidos de comerciar com as Índias Ocidentais Britânicas, os americanos voltaram-se cada vez mais para as ilhas estrangeiras; a deflagração da guerra entre a Inglaterra e a França e a destruição da marinha de guerra e mercante francesas tornaram os Estados Unidos o grande transportador da produção francesa e espanhola (Williams, 1944, p.136).

Considerando o que já foi exposto, observamos que Saint-Domingue desempenhou um papel singular na história colonial das Américas. Essa pequena ilha foi capaz de rivalizar, por si só, com todas as colônias inglesas. Foram esses fatores que despertaram o interesse de diversas potências europeias pela ilha, desencadeando conflitos territoriais por décadas. Como destacado por Williams (1944), o cultivo em São Domingos era mais eficiente, e os custos de produção eram inferiores. Mesmo antes do auge da Pérola das Antilhas, as colônias inglesas não conseguiam competir com sua protoindústria açucareira fundamentada no escravismo de *plantation*.

O governador da Jamaica escreveu em 1748 que, a não ser que a colônia francesa de São Domingos fosse destruída durante a guerra, ela arruinaria, no retorno da paz, as colônias açucareiras britânicas pela qualidade e barateza de sua produção. Durante a Guerra dos Sete Anos, a Grã-Bretanha tomou Cuba da Espanha e Guadalupe da França (Williams apud PARES, p.127).

A única ilha do Caribe anglófono que conseguiu competir em termos de produção, ou pelo menos no que se refere ao número de escravizados, foi a Jamaica, que recebeu um pouco mais de 100 mil cativos que o Haiti durante 1751 e 1800. Ambas as ilhas foram responsáveis por embarcar 1.504.001 africanos no tráfico atlântico, superando o número de trabalhadores escravizados enviados para o Brasil no mesmo período, enquanto Cuba (Espanha) recebeu apenas 5 mil escravizados durante todo o século XVIII.

Os europeus reconfiguram a demografia das ilhas antilhanas por meio da imigração forçada de milhões de trabalhadores escravizados africanos, originando assim os primeiros países afro-americanos da história global. Conforme aponta Morel (2017), nessas regiões, cujos parâmetros sociais foram moldados pelos interesses mercantis dos seus colonizadores, emergiram identidades forjadas tanto pela influência do cativo quanto pela herança africana, criando algo único nas Américas. Esse processo primitivo de acumulativo de capital não apenas redefiniu as estruturas sociais dessas regiões, mas

também foi responsável por criar novas identidades culturais, complexas e distintas, que incessantemente buscavam se libertar do jugo da escravidão. “As tradicionais culturas de origem africana, com predomínio das originárias do Golfo do Benin, foram elementos fundamentais na luta revolucionária (MOREL, 2017, p. 90 e 91).” Por sua vez, essas identidades desempenharam um papel central e marcante na luta por direitos, iniciando o movimento que eventualmente poria fim à escravidão negra do Novo Mundo.

### **2.3 Questão Racial em Saint-Domingue e os Amigos dos Negros na França**

Em 1788, Luís XVI se viu obrigado a convocar os Estados Gerais na França, e nesse mesmo ano, foi fundada a Sociedade dos Amigos dos Negros em Paris. Segundo Morel (2017, p. 84 e 85), um personagem central na defesa dos negros de São Domingos estava diretamente envolvido nesses dois processos; o abade Henri Grégoire, deputado do Clero, presidia a sessão dos Estados, que mais tarde se transformaria na Assembleia Constituinte. Nesse mesmo ano, o abade defendeu um projeto para instaurar “a igualdade de direitos entre os habitantes livres da Pérola das Antilhas, sem distinção racial”. Embora não tenha abordado diretamente a escravidão, esse projeto causou verdadeira repulsa e mobilização dos tradicionais detentores do poder colonial.

A tomada da Bastilha em 14 de julho de 1789 marcou o início de uma crise sem precedentes no Império Francês, que não apenas amedrontou o Rei e a Corte, mas também desencadeou uma série de eventos que transformariam a história global. Conforme James (1938), a burguesia agiu rapidamente para lucrar com o golpe contra a monarquia, redigindo às pressas a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*. Essa declaração proclamava que todos os homens nasciam livres e iguais, abolindo a distinção de “castas” do feudalismo para sempre. Embora esses direitos tenham sido pensados exclusivamente para os homens brancos da metrópole, ou melhor, para a elite econômica francesa, esse empreendimento ajudou a acirrar as disputas sociais e raciais que já ocorriam nas colônias ultramarinas há décadas.

Inicialmente, os revolucionários franceses, visando apaziguar os ânimos do movimento, viram-se obrigados a conceder direitos aos mulatos abastados. No entanto, a entrada dos colonos brancos de Saint-Domingue ao longo da revolução alterou completamente a situação colonial. Os políticos endividados que assumiram a liderança

da ilha, juntamente com os brancos de baixa condição econômica e desprovidos de posses, consideravam aceitável a eliminação dos mulatos e apreensão de suas propriedades (JAMES, 1938). Essa postura intolerante em relação aos indivíduos de ascendência africana incentivou a perseguição aos mulatos e deu início às cenas de terror em São Domingos.

Lacombe, um mulato, reivindicou direitos políticos e sociais para o seu povo. Os brancos de Le Cap enforcaram-no imediatamente, justificando que, ao encabeçar a petição com “Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”, ele fugira da fórmula estabelecida. M. de Baudière, um senescal de cabelos brancos, esboçou uma petição moderada para alguns dos mulatos tentando melhorar o *status* destes. Os brancos do distrito vizinho lincharam-no, desfilando com a sua cabeça em um chuço, e desrespeitosamente mutilaram o seu cadáver. Os líderes desse terror eram os brancos pobres: os administradores e capatazes das fazendas e as massas da cidade (James, 1938, p. 73).

Enquanto no Brasil, como mencionado anteriormente, os mulatos e negros livres coexistiam lado a lado com a população branca, em São Domingos, os brancos manifestavam sua indiferença em relação aos mulatos, considerando a morte de todos como uma opção aceitável, uma vez que sua principal preocupação era explorar ao máximo a mão de obra dos trabalhadores escravizados. No Sul dos Estados Unidos, onde a sociedade também era racialmente dividida, as condições assemelhavam-se às de São Domingos; no entanto, a população branca era significativamente maior que a população escravizada e mestiça, dificultando o levante dessas populações (MOREL, 2017).

Conforme observado por Morel (2017, p. 83), esse comportamento pouco tolerante dos franceses com os libertos e descendentes de escravizados nascidos na colônia, genericamente chamados de *gens de couleur*, dos quais Toussaint Louverture era um exemplo, contribuiu para a ebulição social em São Domingos. Ao somar essas características, com a significativa chegada de africanos pelo tráfico atlântico, uma elite em ascensão composta por indivíduos de origem negra e mestiça, e colonos e dirigentes brancos em minoria, violentos e ostensivamente preconceituosos, temos um quadro potencialmente gerador de uma revolução social. O que não foi atenuado pelo fato de a Assembleia Nacional francesa, em maio de 1791, ter concedido direitos de cidadania aos mulatos nascidos de pai e mãe livres. Em setembro do mesmo ano, a Assembleia foi obrigada a revogar os direitos dos mulatos em São Domingos, devido aos protestos de colonos que ameaçavam tornar a ilha independente – nesse mesmo período, mais de 100 brancos foram mortos e dezenas de casas incendiadas por mulatos.

De acordo com James (1938), até aquele momento, a Assembleia Constituinte francesa estava completamente de acordo com a Declaração dos Direitos do Homem. No entanto, a burguesia ali presente se fragmentou em duas facções: uma, representando a *extrema direita*, conhecida como girondinos, que era a favor da causa colonial; e a outra, a *extrema esquerda*, chamada de jacobinos, que apoiou a causa dos mulatos, com os indecisos no centro. Afinal, o Império Francês estava em crise, e a burguesia marítima, preocupada com seus vultosos investimentos e interesses comerciais, deixava de lado os valores iluministas quando se tratava de questões coloniais.

Apesar disso, a Declaração dos direitos foi lida, tanto por antiescravistas quanto por colonos, como um ato que continha em si o germe da abolição. Ao proclamar que todos os homens nasciam e permaneciam livres e iguais em direitos, ela fazia do Homem um sujeito e condenava, no plano dos princípios, a escravidão, entendida esta como a negação da personalidade jurídica de certos indivíduos. A Declaração não mencionava os negros, mas não abria nenhuma exceção à sua universalidade. Os Amigos dos Negros se valeriam constantemente de referências a ela para apresentar a escravidão como uma instituição já proscrita do direito (Saes, 2013, p. 193).

Conforme destacado por Morel (2017), é tentador apontar para a Revolução Francesa, ou sua suposta influência, como a causa da Revolução Haitiana. No entanto, essa explicação muitas vezes está impregnada de preconceitos velados, insinuando que foram as “ideias” ou o “eco dos acontecimentos” que incentivaram, de certa forma, e instruíram os cativos a se insurgirem. Diante da ausência da influência da metrópole, surge a questão de como os trabalhadores escravizados poderiam assumir o controle de seu próprio destino. Ironicamente, a colônia precisaria da influência metropolitana, mesmo para conquistar sua própria liberdade. Essa análise fundamenta-se em um pressuposto evidente: “o enfraquecimento do poder metrópole facilita a destruição das estruturas coloniais, mas para que tal ocorra, os agentes históricos são indispensáveis, as ideias não fazem mágicas sozinhas” (MOREL, 2017, p. 85). Com exceção das modestas iniciativas dos *Amis des Noirs*, todos pareciam conspirar para ignorar a situação dos escravos.

O fato é que os Amigos dos Negros tinham, até então, fracassado na sua tentativa de conduzir a luta antiescravista pela via indireta e gradual. Essa incapacidade de fazer avançar um programa tão moderado indicava que o antiescravismo francês operava dentro de limites que o tornavam sem ação diante dos interesses dominantes na França revolucionária. Os Amigos dos Negros contestavam a escravidão e o tráfico, mas, com a exceção de Mirabeau, não

questionavam o sistema do qual essas duas instituições eram, naquele momento, indissociáveis (Saes 2013, p. 291)

Dessa forma, podemos constatar que os *Amis des Noirs* eram frequentemente vistos como idealistas com pouca praticidade. A solução que eles propunham incluía direitos para os mulatos e uma abolição gradual da escravidão, que, com o tempo, se revelaria benéfica tanto para os interesses mercantis da França quanto para o bem-estar dos habitantes brancos da colônia (JAMES, 1938). Os revolucionários franceses, com algumas exceções, não apenas negligenciavam a complexa questão da escravidão e da colonização, mas também não consideravam a possibilidade de abordar o controle colonial. Quem, em pleno juízo, consideraria defender a perda da mais próspera colônia ultramarina, desejada tanto pelos ingleses quanto pelos espanhóis? Foram os revolucionários haitianos que forçaram a Revolução Francesa a levar adiante, efetivar e universalizar a defesa dos direitos propalados pela *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*. Quando, finalmente, a França revolucionária optou pela abolição da escravidão em suas colônias em 1794, o sistema escravista já estava amplamente desmantelado em São Domingos (MOREL, 2017).

### 3. A REVOLUÇÃO HAITIANA: FATORES DETERMINANTES E DESENVOLVIMENTO

#### 3.1 Efeitos da Revolução Francesa em Saint-Domingue

A tomada da Bastilha em 14 de julho de 1789 provocou uma desarticulação geral e profunda do Estado francês. A captura desse monumento aterrorizador da monarquia, símbolo de sua força e poder, pela população, deu início a uma série de conflitos que colocariam fim ao Antigo Regime francês. O enfraquecimento do poder monárquico, devido às rebeliões que se iniciavam, propiciou o surgimento de diferentes facções na metrópole e em suas colônias. Essas forças, por sua vez, atuaram e influenciaram aspectos significativos da Revolução Francesa, cujo desdobramentos, por sua vez, claramente afetaram a situação da escravidão colonial. Desse modo, torna-se mais correto, importante analisar a existência de fatores interdependentes relacionados a contatos, repercussões e transformações, em vez de atribuir unicamente a um dos polos a predominância da dimensão revolucionária (MOREL, 2017). “Considera-se, pois, duas revoluções, a francesa e a haitiana, entrelaçadas, mas com alcance, dinâmicas, características e objetivos próprios” (MOREL, 2017, p. 86).

Durante a Revolução Francesa, na ilha de São Domingos, conforme apresentado por James em *The Black Jacobins*, havia três partidos brancos:

A burocracia real, ou seja, a contrarrevolução, que se tornava cada vez mais forte à medida que os ricos colonos se retiravam da Assembleia de São Marcos; a própria Assembleia de São Marcos, os patriotas, que assistia a ambos os lados, mas ora apoiando o Governo como um elo com a França. Todos os três desprezavam os mulatos bastardos, mas precisavam deles (James, 1938, p. 74 e 75).

O fato é que, nesse período, os mulatos e *gens de couleur* de São Domingos experimentavam um crescimento populacional mais acelerado em comparação aos colonos brancos. Isso deveu-se ao auge da produção açucareira na ilha, que quase dobrou a população negra entre 1780 e 1790, como anteriormente mencionado. Apesar desse notável aumento demográfico, esses grupos não se viam representados pelas três facções que assumiram o poder na Assembleia Constituinte. Afinal, os colonos brancos de Saint-Domingue odiavam todos igualmente.

O grupo representante de Saint-Domingue na Assembleia Constituinte, composto por seis governadores, era exclusivamente constituído por colonos brancos

proprietários de escravos, os quais não demonstravam qualquer preocupação com os interesses dos mulatos e, menos ainda, com o dos negros. No entanto, compartilhavam uma preocupação em comum: a preservação do sistema escravista da ilha. Desejavam manter a produção de açúcar a qualquer custo, aceitando quaisquer acordos, desde que não alterassem a estrutura societária de São Domingos (JAMES, 1938).

Apesar da concessão dos direitos de cidadania aos mulatos nascidos de pais livres pelos revolucionários franceses em maio de 1791, reconhecendo a influência desses indivíduos, havia o temor de que os mulatos pudessem expulsar os brancos da colônia se suas demandas não fossem atendidas. No entanto, o poder do partido dos negros não era reconhecido como uma força ativa na política da ilha. A elite escravista de Saint-Domingue presente na Assembleia, por outro lado, fez todos os esforços possíveis para impedir que os mulatos desfrutassem desse privilégio. Em setembro, a Assembleia foi compelida a revogar os direitos dos mulatos, desencadeando a primeira rebelião mulata na ilha e resultando na morte de 100 colonos brancos (MOREL, 2017).

Embora esses senhores mortos fossem proprietários de escravos, e por conseguinte, os mulatos estivessem cientes do sofrimento dessas pessoas no cativeiro, o levante da população mulata não levou em conta as *gens de couleur*, tampouco os africanos recém-chegados do tráfico atlântico. “Os mulatos odiavam os escravos negros: primeiro, porque eram escravos, e segundo, porque eram negros (James, 1938, p. 95).” A decisão de se unirem à população negra da ilha só ocorreria após os escravizados terem demonstrado sua força, destruindo fazendas, degolando famílias brancas e incendiando cidades. De fato, a instabilidade criada pela Revolução Francesa foi crucial para que se iniciassem os levantes em Saint-Domingue; a relação metrópole e colônia se desdobrava em inúmeras conexões socioeconômicas entre o Velho e o Novo Mundo. Afinal, São Domingos era a mais importante colônia francesa do ultramar, sendo a base da riqueza da burguesia dos portos

A oscilação produzida pelos eventos ocorridos na França impactou a dinâmica da ilha de São Domingos; o movimento de ruptura, intrínseco à revolução, conduziu o Império à deterioração das relações com as ilhas antilhanas, enfraquecendo o poder colonial na região. Esses fatores, aliados à singularidade de São Domingos, foram fundamentais para dar mais força a movimentos de resistência que já existiam há décadas na ilha. Vale destacar os padrões econômicos e sociais do Haiti, semelhantes aos de Pernambuco e Bahia, no contexto das invasões holandesas do século XVII. Ambas as regiões testemunharam o relaxamento das relações coloniais como momentos

de grande movimentação dos escravizados. O quilombo dos Palmares atingiu sua maior dimensão durante o período das invasões entre 1630 e 1654; segundo estimativas, o grupo chegou a contar com um total de 20 mil trabalhadores escravizados e fez com que o poder colonial português organizasse uma verdadeira guerra para que fossem destruídos (DE BIVAR MARQUESE, 2006).

Em outras regiões onde foram estabelecidas as *plantations*, surgiram comunidades de escravizados fugitivos muito similares aos quilombos brasileiros. Na Jamaica, país que tem uma profunda conexão com o Haiti, os ingleses o denominaram de *Maroons*, e esses agrupamentos humanos foram responsáveis por uma verdadeira narrativa histórica de guerreiros ferozes. Estas comunidades, situadas nas regiões montanhosas da ilha, protagonizaram um dos maiores movimentos de resistência das Américas. Ao longo de oito anos, travaram a *Primeira Guerra Maroon* (1731 – 1739), contra a Grã-Bretanha, sendo responsáveis por destruir dezenas de engenhos ingleses e causar vultosos prejuízos ao Império britânico. A guerra tornou-se tão dispendiosa para a metrópole que os ingleses viram-se compelidos a firmar tratados com os líderes quilombolas para encerrar os conflitos e a conceber o direito de liberdade às populações daquela região. Em Cuba, no século XVIII, quando a ilha tomou o lugar de Saint Domingue na produção açucareira, também surgiram comunidades de escravizados fugitivos que foram chamados de *palenques* (CHOPRA, 2019).

Dessa forma, podemos analisar, em suas devidas proporções, o papel da Revolução Francesa no decorrer dos acontecimentos em São Domingos. Naquela época, não se sabia os rumos que o levante das massas parisienses tomaria; era um momento de incerteza política e social. Em períodos de ebulição social, vários horizontes de expectativas são experimentados pelos indivíduos que o vivem, tornando realidade coisas que eram até então impensáveis (KOSELLECK, 2006). Os trabalhadores escravizados interpretaram e sentiram o início da Revolução Francesa, mas não foi ela que os ensinou ou fez com que eles lutassem por sua liberdade. Os africanos trazidos à força pelo tráfico atlântico já almejavam sua liberdade na ilha antes mesmo de as luzes iluminarem a Assembleia Constituinte francesa.

Os acontecimentos ocorridos na metrópole desempenharam um papel importante para o desenrolar dos eventos na colônia, pois os países estavam intricadamente entrelaçados em uma teia de relações sociais e econômicas. Quando Luís XVI foi destituído e, posteriormente, guilhotinado, em Paris a 21 de janeiro de 1793, não demorou muito para que os trabalhadores escravizados da ilha, liderados por Toussaint-

Louverture, influenciasses a Assembleia Constituinte a abolir a escravidão nas colônias francesas. Foram “exatos dois meses entre a detenção do rei e o levante na Pérola das Antilhas, numa espécie de projeção de empatia entre os escravizados e o longínquo rei colocado no cativo (MOREL, 2017, p. 104).”

Da mesma forma, não demorou para que os negros da ilha de São Domingos iniciassem uma guerra contra o Império francês, após Napoleão decretar a restituição da escravidão nas colônias em 20 de maio de 1802. A dissolução da Assembleia Constituinte e a restauração da escravidão pelo Império tiveram um impacto significativo na dinâmica social da Pérola das Antilhas. Os conflitos desencadeados por esses fatores e a morte do líder Toussaint em 1803 tornaram possível o fim da escravidão e do sistema colonial da ilha. Em 1 de janeiro de 1804, Jean-Jacques Dessalines I formalmente proclamou a independência do Haiti. Os últimos colonos que ainda habitavam a ilha, cerca de 3 mil franceses, foram “exterminados ao longo de toda a antiga colônia de São Domingos (MOREL, 2017, p. 109).” A partir desse dia, foi fundado o primeiro país afro-americano da história, onde todos os povos que já haviam sofrido com a escravidão moderna poderiam torna-se cidadãos.

### **3.2 Levantando-se Juntos: O Movimento das Massas em São Domingos**

Pela dura experiência de décadas de conflitos, os trabalhadores negros submetidos à escravidão aprenderam que esforços isolados estavam condenados ao fracasso. Nos primeiros meses de 1791, no interior e nas proximidades de Le Cap, os negros começaram a organizar um movimento revolucionário (JAMES, 1938). De acordo com James (1938, p. 91), as cerimônias *Vodu* eram o meio encontrado pelos escravizados para que a conspiração fosse desenvolvida. Em uma época onde em que as sociedades secretas eram tão importantes para o desenrolar das revoluções europeias, os negros também não deixariam de ter a sua. “Apesar de todas as proibições, os escravos viajavam quilômetros para cantar, dançar, praticar os seus ritos e conversar; e então, desde a Revolução, escutar as novidades políticas e traçar os seus planos.”

A prática do *Vodu* operava simultaneamente como um meio de expressão e uma válvula de escape psicológica que contribuía para a resistência diante das adversidades enfrentadas pelos trabalhadores e trabalhadoras escravizados. De acordo com Morel (2017, p. 90), em virtude dessa forma de resistência, “[...] os cativos, dentro das

condições históricas específicas que viviam, transitaram da rebelião para mudar suas vidas e, até, à revolução para destruir o sistema social em que viviam.”

De acordo com James (1938, p. 91), por volta do final de julho de 1791, “os negros de Le Cap e arredores estavam prontos e aguardando. O plano foi concebido em escala massiva e eles visavam ao extermínio dos brancos e à tomada da colônia para si. Havia talvez doze mil escravos em Le Cap, seis mil dos quais eram homens.” Os colonos brancos desconfiavam da movimentação dos negros, mas os menosprezavam demais para acreditar que fossem capazes de organizar um movimento em larga escala. Afinal de contas, até aquele momento nenhuma revolta escrava no Novo Mundo havia conseguido sair vitoriosa contra o poder colonial, e até mesmo as sublevações que ocorriam na ilha eram desfeitas com facilidade e muita violência.

Na noite do dia 22, uma tormenta tropical eclodiu, com relâmpagos e rajadas de vento e pesadas torrentes de chuva. Carregando tochas para iluminar o caminho, os líderes da revolta se reuniram em uma clareira na floresta densa de Morne Rouge, uma montanha acima de Le Cap. Lá, Boukman deu as últimas instruções e, após fazer uns encantamentos de vodu e beber o sangue de um porco imolado, estimulou seus seguidores com uma oração proferida em créole [...] James, 1938, p. 92 e 93).

Após a Cerimônia do Bosque Caïman, os trabalhadores escravizados desencadearam uma ação de destruição em massa pelo Norte da ilha, exterminando todos os colonos brancos que cruzavam seu caminho. Os engenhos de açúcar eram o principal alvo dos cativos em rebelião, pois sabiam que, enquanto essas fazendas permanecessem de pé, seu destino seria trabalhar nelas até o esgotamento. Incendiavam as plantações de açúcar, eliminavam seus senhores e qualquer negro que esse unisse a eles, em uma medida desesperadora, buscando apagar de suas vidas qualquer resquício de seu tempo em cativeiro (JAMES, 1938).

Em novembro de 1791, três meses depois do início da insurreição, fez-se o balanço: cerca de mil brancos mortos; 15 mil escravos dados como desaparecidos; 200 engenhos de açúcar (num total de 793) e 1,2 mil plantações de café (total de 3.120) incendiados e saqueados; canais de irrigação destruídos; gado sacrificado. Alguns fazendeiros conseguiram desmontar suas instalações e embarcar com máquinas e escravos para Cuba ou os Estados Unidos. A maioria se refugiou na cidade do cabo esperando reforços da França (Morel, 2017, p. 91).

Eram os “horrores de São Domingos”, cujas narrativas alcançaram renome no mundo atlântico, representando um capítulo marcante na história colonial. Apesar de os trabalhadores escravizados terem transcendido o ímpeto vingativo, as narrativas

persistiram em ressaltar a notória violência dos africanos em revolta, sem levar em conta o sofrimento que seus senhores afligiam a eles. Conforme James (1938) observou durante o avanço da Revolução, os insurgentes pouparam um considerável número de homens, mulheres e crianças que eram surpreendidos nas fazendas, revelando-se mais humanitários do que seus senhores jamais foram com eles. Não se engajavam em uma guerra de extermínio contra os brancos, mas sim lutavam pela sua libertação

Embora ambos os lados compartilhassem a brutalidade, os trabalhadores escravizados demonstraram moderação em seus atos de violência em relação aos dois séculos de escravidão. O dano causado pelos negros aos colonos brancos, mesmo em seu auge de violência, não se equiparava à magnitude do sofrimento infligido aos milhões de africanos trazidos forçadamente ao Caribe para perecerem sob trabalho forçado. Mesmo em seus momentos mais intensos, os negros não conseguiram equiparar-se aos horrores e à malevolência de seus senhores. Em última análise, destacava-se uma distinção nítida entre a violência perpetrada pelos opressores, que buscavam manter a escravidão, e a dos oprimidos, que lutavam para erradicá-la (JAMES, 1938).

A insurreição evoluiu para uma guerra civil que perdurou por 12 anos, fragmentando a ilha em diversas facções. São Domingos, durante esse período, tornou-se o cenário de conflitos entre as principais potências europeias do século XVIII: Inglaterra, Espanha e França. Esses impérios, por sua vez, foram responsáveis por elevar o conflito a outro patamar, transformando essa luta pela liberdade em uma guerra de rapina (MOREL, 2017).

Enquanto os negros frequentemente enfrentavam seus rivais munidos apenas de paus e pedras em busca de sua emancipação, os europeus eram os arquitetos das mais sanguinárias carnificinas, utilizando pólvora e aço, motivados pelo insaciável desejo de acumulação de capital. Esses estados coloniais enxergaram esse momento como uma oportunidade propícia para anexar a Pérola das Antilhas aos seus territórios e, assim, lucrar com a força de trabalho dos africanos escravizados (JAMES, 1938).

A Espanha, que já compartilhava a ilha com a França há décadas, via nesse conflito a chance de retomar o que considerava seu. Por outro lado, os ingleses almejavam conquistar a ilha que havia frustrado as aspirações dos senhores de escravos do Caribe anglófono (MOREL, 2017).

### 3.3 Toussaint Louverture: Um Líder em Ascensão

Irmãos e amigos. Eu sou Toussaint Louverture; meu nome talvez seja conhecido de vocês. Eu realizo a vingança da minha raça. Quero que a liberdade e a igualdade reinem em São Domingos. Eu trabalho para fazê-la existir. Uni-vos, irmãos, e combatam comigo pela mesma causa. Arranquem comigo as raízes da árvore da escravidão (Toussaint Louverture, em 1793).

A relação de forças em São Domingos havia mudado completamente desde o início das rebeliões e, “embora poucos reconhecessem na época, Toussaint e os negros seriam, dali em diante, os fatores decisivos da revolução (JAMES, 1938, p. 143).” De acordo com James (1938, p. 144), Toussaint tornou-se o oficial francês em 1792 e comandava um exército de aproximadamente cinco mil homens, “[...] na sua maioria, africanos nascidos fora da colônia, incapazes de falar mais do que uma palavra em francês, conforme zombava Jean François.”

A ilha de São Domingos viu a movimentação de diversas facções por esse período, todas buscando se juntar aos impérios de acordo com seus próprios interesses, e não demorou para que os negros começassem a se organizar. Sob o comando de Toussaint Louverture os negros foram capazes de criar o maior partido da ilha, graças aos dons do grande líder que mostrava uma destreza política e militar. Antes do início da rebelião, Toussaint já havia sido alforriado por seu senhor, que o incentivou a estudar, tendo vivido por 12 anos em uma pequena fazenda onde contava com a mão de obra de alguns trabalhadores escravizados. Toussaint ingressou no exército francês como médico, pois conhecia as plantas medicinais da ilha, no entanto não demorou para conquistar um cargo de renome após mostrar seus talentos de grande líder em campo de batalha (MOREL, 2017).

Os mulatos que viviam no Sul, sob o comando de Rigaud, travaram diversos conflitos contra os britânicos pelo controle dessa parte da Ilha.

Bandos de quilombolas infestaram a zona de guerra e o mais poderoso deles era um grupo de cinco mil homens comandado por Dieudonné. Rigaud e Beauvais estavam tentando obter a sua cooperação, mas Dieudonné não tinha confiança neles, dizendo que não obedeceria a nenhum mulato, e entrou em negociações com os britânicos. Estes fizeram todos os arranjos para comprá-lo para o seu lado, mas o que os atrapalhava decisivamente nessa campanha era a sua política reacionária. Não podiam nem mesmo mentir em larga escala: era muito perigoso, e os seus ricos aliados os tinham desertado de vez. Tinham de ser tão cautelosos, mesmo que fosse para fazer acordos com

Dieudonné, que ele ficou desconfiado e retirou-se (James 1938, p. 146).

Os negros não confiavam nos mulatos e, muito menos, nos colonos brancos. As parcerias com a Inglaterra e Espanha só eram vantajosas no combate ao inimigo comum, os colonos franceses, mas a questão sobre a escravidão era semelhantes entre ambos (MOREL, 2017). A aliança com os quilombolas já havia sido testada pela Inglaterra na Jamaica, e esses grupos se mostraram importantes na preservação do sistema escravista da ilha. Então mesmo que a Grã-Bretanha aceitasse negociar com esses grupos, não significava que ela lutava a mesma guerra do que eles. No contexto Jamaicano, conforme apresentado por Chopra (2019), após a *Primeira Guerra Maroon* os quilombolas vencedores mostraram-se como homens fiéis ao rei e após negociarem por sua liberdade, esses grupos foram muito importantes para o bom funcionamento das plantações de açúcar, destruindo novos quilombos e capturando escravos fugitivos. Esses grupos muito provavelmente seguiriam o mesmo rumo no Haiti caso se alinhassem a Inglaterra, sendo essenciais para preservação e reprodução do sistema escravista da ilha.

Sabendo disso, não demoraria para que Toussaint mostrasse suas habilidades de grande líder e negociador. As palavras de liberdade e igualdade eram defendidas por ele como a única opção de libertação dos trabalhadores escravizados e acreditava fielmente que a República francesa aboliria a escravidão da ilha caso os negros se mostrassem fiéis às causas da Assembleia Constituinte (MOREL, 2017). De acordo com James (1938), com apenas uma das cartas que ditava, Toussaint mudaria toda a situação. Os seguintes trechos expressam suas crenças e desejos:

Se é possível que os ingleses tenham conseguidos convencê-lo, crê em mim, meu querido irmão, abandona-os. Une-te aos honrados republicanos, e juntos botemos esses realistas fora de nosso país. Eles são patifes que querem nos colocar de novo sob o jugo daquelas vergonhosas correntes que tanto nos custou quebrar.” Ele pedia unidade: “Lembra-te, meu querido amigo, que a República francesa é uma e indivisível e é isso que proporciona a sua força e a faz vitoriosa sobre todos os inimigo (James, 1938, apud Cartas de Toussaint, p. 147).”

Após a carta de Toussaint ser lida em voz alta pelos emissários, os negros quilombolas surgiram gritando insultos contra Dieudonné e seus amigos. Se sentiam traídos pelo líder, que apesar de não ter acreditados nos ingleses, foi considerado um traidor na luta dos negros. De acordo com o autor James (1938), Laplume, o segundo

em comando, aproveitando dessa situação jogou o líder Dieudonné na prisão e juntou-se às forças de Toussaint com três mil homens. Sendo uma magnífica aquisição para o partido dos negros que começava a se organizar em um grupo paramilitar que tinha como principal motivação a luta contra a escravidão em São Domingos.

Os acontecimentos que ocorriam durante a revolução na França, impactavam diretamente a situação colonial, quando Luís XVI foi decapitado, não tardou para que os negros se revoltassem novamente pela ilha. É estranho pensar, mas os africanos muitas vezes eram fiéis à causa do monarca. A França, para não perder o controle da ilha, optou pela abolição da escravidão, gerando grande descontentamento na elite portuária francesa que fazia parte da Assembleia Constituinte. Afinal de contas, o escravismo de plantation era um negócio extremamente rentável para a metrópole em crise, e Toussaint sabia que não podia confiar neles. A partir desse momento Toussaint foi capaz de se mostrar como um hábil líder e negociador e fez parcerias com todas as três potências que estavam em guerra no Haiti (MOREL, 2017).

Sua destreza política e militar era notória: aliou-se aos espanhóis para enfrentar as tropas inglesas e francesas, em seguida, aliou-se aos franceses, expulsando da ilha ingleses e espanhóis. Foi nomeado Governador General Vitalício pela França Republicana em 1797. [...] Ele outorgou a Primeira Constituição autônoma para o território, em 1801, onde se abolia a escravidão, se garantia o direito de propriedade, proclamava-se a igualdade sem distinção racial e a preeminência da religião católica.

Toussaint faleceu nove meses antes da conquista da independência do Haiti, em uma prisão na Sibéria para onde foi enviado por Napoleão. Sua morte serviu como catalisador para o rompimento definitivo entre o Haiti e a França. Neste momento crítico, emergiu no cenário o grande líder Dessalines, cuja liderança foi fundamental para libertar a ilha das amarras do poder colonial francês. Apesar de sua breve permanência no poder após a proclamação da independência, Dessalines desempenhou um papel crucial na história haitiana, diferenciando-se consideravelmente de Toussaint em relação à França, ao catolicismo e aos brancos (MOREL, 2017).

### **3.4 Jean Jacques Dessalines: O Primeiro Imperador do Novo Mundo**

De acordo com James (1938), Napoleão Bonaparte tinha total convicção da estupidez e da confiança dos generais negros à causa da República Francesa. No

entanto, ele temia apenas três deles: Toussaint, Dessalines e Moïse. Se não fosse pelos dois primeiros, o plano de restaurar a escravidão em São Domingos teria sido bem-sucedido. Nenhum dos soldados franceses em São Domingos sabia que estava lutando uma guerra para a restaurar a escravidão. A guerra, para eles, era uma guerra revolucionária. Acreditavam que estavam lutando contra Toussaint pois ele havia se vendido aos ingleses e era então um inimigo da República Francesa, não conseguiam imaginar os planos obscuros de Napoleão, que até o último momento escondeu suas reais intenções de restaurar o sistema escravista de suas colônias.

Quando Toussaint percebeu os reais interesses de Napoleão e delineou seu plano para Dessalines já era tarde demais. “Os acontecimentos demonstraram que, se ele houvesse mobilizado as massas e expurgado os exércitos antes, o ataque francês teria sido malogrado desde o início. Seu desejo de evitar a destruição foi exatamente o que a causou (JAMES, 1938, p. 273).” O fato de Toussaint ter acreditado fielmente nas palavras de ordem da Revolução, foi o que causou a sua morte e sua perda de credibilidade entre os negros da ilha. Afinal, ele desejava que o Haiti e França se mantivessem unidos para que seu país pudesse prosperar, acreditando que os franceses conduziram os negros de Saint-Domingue à civilização.

Dessalines jamais recebeu a mensagem. Mas aquele soldado soberbo e líder revolucionário era um homem bem diferente de Christophe e do resto. Ele não precisava de instruções ou exortações para agir de maneira apropriada. Quando soube que Port-Républicain foi tomada, sua pele negra empalideceu; insultou ferozmente quem estava em volta e urrou de raiva. Uma coisa dessas jamais deveria ter acontecido e tudo era culpa de Toussaint (James, 1938, p. 273).”

Segundo Morel (2017), Jean Jacques Dessalines teria nascido a bordo do navio negreiro que conduzia sua mãe, grávida, da África para o Novo Mundo. Sua história no Haiti inicia-se com a insurreição de 1791, onde ele se incorpora às tropas sob o comando de Toussaint Louverture e chega ao posto de general. A partir desse momento Dessalines vai se tornar uma figura central na política da ilha, sendo um dos generais responsáveis por comandar e vencer a guerra civil contra os mulatos, liderados por Rigaud.

Os mentirosos e traiçoeiros, Bonaparte e Leclerc, finalmente haviam encontrando um adversário à altura. E ao contrário de Toussaint, Dessalines estava disposto a fazer de tudo para que os negros de Saint-Domingue fossem livres e que a ilha se tornasse independente (JAMES, 1938).

A desonesta postura política do exército francês começava a ter suas consequências. Os soldados, embora ainda se enxergassem como uma força revolucionária, ouviram os negros na fortaleza entoando “La Marseillaise”, “Ça Ira” e outras canções revolucionárias. Deixando-os confusos sobre a real guerra que estavam lutando. Afinal, os negros tinham as palavras de ordem da Revolução ao seu lado, liberdade e igualdade, e naquele momento representavam melhor a República Francesa do que seus próprios soldados, que lutavam uma guerra para tornar os negros escravos novamente (JAMES, 1938).

Quando chega a notícia do restabelecimento da escravidão nas colônias francesas e da prisão de Toussaint, os chefes negros e mulatos se aliam para uma grande insurreição geral contra a escravidão e o domínio colonial, cabendo a Dessalines o comando supremo do movimento revolucionário (Morel, 2017, p. 67).

Enquanto a revolução crescia ao norte da ilha sob o comando de Dessalines, as tropas francesas morriam de febre. “Os oficiais franceses estavam envergonhados de levar ao conhecimento de Napoleão o verdadeiro resultados das batalhas contra os generais negros (JAMES, 1938, p. 308).” De acordo com James (1938), devido ao desenrolar desses conflitos, Napoleão Bonaparte proibiu a entrada de pessoas de cor na França, restabeleceu a proibição de casamentos mistos e a discriminação contra os mulatos. A restauração da escravidão em São Domingos e Guadalupe foi mais tardia em comparação a outras colônias francesas, pois Napoleão tinha medo dos negros revolucionários. No entanto, Bonaparte deu ordens a Leclerc para restaurar a escravidão quando achasse oportuno.

Em suas correspondências podemos ver o medo de Leclerc em tentar restaurar o sistema escravista da ilha, devido a figura de Dessalines;

Nada temo por parte de Christophe, mas não estou tão certo quanto a Dessalines. Os primeiros ataques desalojaram os rebeldes das posições que ocupavam, mas eles retiraram para outros cantões e existe um verdadeiro fanatismo nas rebeliões. Aqueles homens se deixam matar, mas recusam-se a se render JAMES (1938, p. 311).

As massas de Saint-Domingue levantaram-se contra a escravidão e transformaram a ilha em cinzas, destruindo os sonhos da burguesia dos portos de restaurar o poder colonial na ilha. Dessalines foi uma figura central nesse movimento, mas, sozinho não era capaz de derrotar as tropas napoleônicas, foi necessário que as massas se levantassem (JAMES, 1938). De acordo com Morel (2017), os franceses foram militarmente derrotados pelas tropas revolucionárias e, também, pela epidemia de

febre amarela, em 1803. Além disso, foram alvo de ataques pela esquadra inglesa, que interessada em conter a presença de Bonaparte nas Antilhas, prestou auxílio indireto às forças revolucionárias da ilha em um momento crucial. Segundo James (1938), Dessalines também foi responsável por tentar tomar a São Domingos espanhola, mas a Revolução Francesa jamais teve qualquer apoio lá, e ele fracassou. Em outubro de 1804, pouco tempo depois de proclamar a independência da ilha, Dessalines se coroou Imperador.

Os planos de Dessalines eram ambiciosos, pois desejava transformar o Haiti no primeiro país afro-americano do mundo.

A constituição por ele outorgada, em 1805, abolia para sempre a escravidão, proibia a compra de propriedades por brancos e considerava negros todos os cidadãos do Haiti, não estabelecendo religião oficial e proclamando a liberdade de culto (Morel, 2017, p. 68).

No entanto, quando Dessalines tentou favorecer principalmente membros do governo com terras, a elite latifundiária e militar da ilha organizou um complô para sua morte. Os principais responsáveis por essa traição foram Christophe, Rigaud, Pétion, Boyer e Bruno, todos futuros presidentes da República Haitiana. Dessalines foi assassinado por disparos de uma unidade militar, e em seguida, seu corpo foi submetido a atos de violência extrema, sendo mutilado e arrastado pelo centro da cidade. Sua morte foi tão violenta quanto sua vida (MOREL, 2017).

## **4. LEGADOS DA REVOLUÇÃO HAITIANA: REFLEXOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E NA ORDEM COLONIAL**

### **4.1. Mudanças Sociais e Econômicas Pós-Revolução e Estabelecimento do Estado Haitiano Independente**

De acordo com Renata De Melo Rosa e Pongnon (2013), depois do assassinato de Dessalines, que ficou no poder por apenas dois anos, o Haiti se dividiu informalmente em Reino do Norte e República do Oeste. Christophe, o antigo companheiro de Dessalines na luta pela independência, proclamou-se rei, no Norte, e rejeitou negociar com a França o reconhecimento do Estado haitiano. Foi responsável por dirigir um Estado fragmentado e “não admitiu que nenhuma potência externa estivesse em posição de restringir, limitar ou autorizar a autonomia haitiana de fazer política externa (De Melo Rosa e Pongnon, 2013, p. 480).”

Na parte Oeste da ilha, o Estado era comandado por Pétion, líder dos mulatos, que ocupou a presidência da República por 12 anos, até seu falecimento. De acordo com Morel (2017), o governo de Pétion foi marcado por uma radical reforma agrária, quando distribuiu terras de plantações coloniais entre antigos escravos, gerando um campesinato local. Ele acolheu Simón Bolívar como exilado em 1815, dando-lhe apoio de armas e dinheiro para as lutas da independência, pedindo em contrapartida que este proclamasse a abolição da escravatura nas repúblicas da América Hispânica (MOREL, 2017, p. 75).

Após a morte de Pétion, Boyer tomou o poder da República do Haiti. Devido ao fato de Pétion ter morrido sem ter escolhido um sucessor, pois ele havia se declarado presidente vitalício e, posteriormente, rei da região Sul. Boyer, que era chefe da guarda do Palácio Nacional, forçou o Senado Haitiano a aceitá-lo como presidente. Suas principais ações como chefe da República foi realizar a consolidação do fragmentado estado haitiano, após o fim do reinado de Christophe e Pétion. Boyer também teve um papel ativo no reconhecimento internacional do Haiti, sob o pagamento de uma dívida milionária para o Estado francês (DE MELO ROSA e PONGNON, 2013).

Seguindo sua ação política, Boyer aceitou realizar o pagamento da dívida de independência, fazendo com que o Haiti fosse reconhecido como Estado Soberano em dia 17 de Abril de 1825, por Charles X da França. O pagamento foi tão alto que só finalizou em 1893. Para cumprir os prazos e requisitos impostos pela França, o Estado haitiano teve de recorrer a empréstimos. A gênese desta precipitação do

pagamento da dívida continuou a ser a consequência do isolamento da jovem república. [...] (De Melo Rosa e Pongnon, 2013, p. 483).

Segundo Morel (2017), o tratado assinado por Boyer teve consequências desastrosas para a sociedade haitiana, sendo um dos principais fatores que explicam a situação de pobreza e dependência econômica do país nascente. Afinal de contas, o Haiti estava arrasado devido a guerras contínuas desde a insurreição de 1791. Apesar dos esforços de Boyer para romper o isolamento da comunidade internacional da época, as nações participantes da Conferência do Panamá (1826) optaram por excluir o Haiti, temendo uma potencial propagação do ímpeto revolucionário entre escravos para outras colônias americanas. A surpreendente recusa em reconhecer o Haiti como um Estado soberano adveio, notavelmente, da influência de Simón Bolívar (DE MELO ROSA e PONGNON, 2013).

Apesar de os trabalhadores escravizados da ilha de São Domingos terem protagonizado uma guerra contra as maiores potências europeias do século XVIII em busca de sua libertação do sistema escravista, poucas mudanças ocorreram para as massas camponesas desfavorecidas desde a independência e a abolição formal da escravidão. O Haiti, ao longo de sua história, foi moldado por relações escravistas, sendo que seu sistema produtivo foi praticamente destruído durante os 12 anos de conflito. Com uma população predominantemente masculina e em grande parte analfabeta, a violência e a pobreza tornaram-se características intrínsecas à sociedade haitiana, apresentando desafios substanciais para uma superação efetiva do passado colonial. Apesar de a Revolução Haitiana ter sido um evento histórico singular e notável na história da humanidade, o Haiti e sua população permaneceram vinculados à dinâmica social da ordem colonial.

Assim como em qualquer outra revolução, este movimento carregou consigo mais elementos de continuidade do que de **ruptura**. Apesar de suas limitações e contradições, a Revolução Haitiana foi um ponto crucial para o início da luta para a abolição da escravidão no Novo Mundo. O horizonte de expectativas após essa revolução sofreu uma transformação marcante, surpreendendo todos os contemporâneos da época. Sendo algo único e impensável até aquele momento, uma revolta de escravos bem-sucedida e o estabelecimento de um Estado afro-americano eram considerados impossíveis, até que os trabalhadores africanos escravizados da ilha de São Domingos mostrarem o contrário.

O impacto da Revolução Haitiana nas sociedades coloniais, onde a maioria da população era negra ou mestiça, pode ser considerado, em alguns aspectos, mais significativo do que o da Revolução Francesa. Afinal, ela deu origem a uma Nação no Novo Mundo onde todos que haviam sofrido sob o jugo da escravidão poderiam ser livres. Sem dúvida, esse evento histórico foi reinterpretado inúmeras vezes em outros movimentos de libertação, nos quais as populações negras buscavam se libertar do sistema escravista. A Revolução Haitiana representava mudanças mais radicais para o mundo colonial. O isolamento subsequente do Haiti, a partir desse ponto, torna-se mais compreensível diante da magnitude das transformações desencadeadas.

#### **4.2. Além das Fronteiras: A Revolução Haitiana e seu Impacto nos Processos de Independência Latino-Americanos**

A Revolução Haitiana mostrou aos senhores de escravos do Novo Mundo que guerras civis ou mesmo guerras de independência contra o poder metropolitano resultariam na desintegração dos sistemas coloniais e escravistas que eles tanto buscavam proteger (NASCIMENTO, 2007). A rebelião que se transformou em uma revolução, na qual se envolveram, direta ou indiretamente, a França, a Espanha e a Inglaterra foi responsável por criar um enorme pânico entre os senhores de engenho e traficante de escravos que se viam cercados de africanos escravizados, temiam o que os cativos em revolta poderiam fazer com suas famílias e bens, e por isso leis mais rigorosas no tratamento de negros, livres ou libertos foram adotadas (NASCIMENTO, 2007).

Os efeitos da revolução foram múltiplos, o Haiti foi responsável por ajudar a América espanhola a se libertar – pelo menos boa parte dela. Simón Bolívar se refugiou na ilha em 1815, quando foi exilado dos territórios espanhóis, e teve o apoio militar e financeiro de Pétion. Na Jamaica, cerca de 2 anos depois do levante organizado por Toussaint que forçou a República Francesa a abolir a escravidão, ocorreu a *Segunda Guerra Maroon* em 1795, após o açoitamento público de dois quilombolas que haviam caçado um porco em um lugar proibido. O posicionamento linha-dura de um novo tenente-governador, sem nenhuma experiência prévia com os quilombolas, agravou a situação, provocando uma guerra de guerrilha prolongada (CHOPRA, 2019, p. 219).

De acordo com Chopra (2019), os proprietários se preocupavam com a possibilidade de os escravos se revoltarem junto aos quilombolas, desencadeando uma insurreição no nível de Saint-Domingue, pois os negros representavam 90 por cento da população da ilha. O valor do açúcar mudou nos mercados europeus devido à destruição dos engenhos da “Pérola das Antilhas”, surgia nesse momento a necessidade de se expandir as plantações de açúcar em outras regiões do Novo Mundo. Um dos efeitos imediatos da revolução em Cuba foi a importação de um número cada vez maior de trabalhadores escravizados da África para trabalhar nos novos engenhos que se formavam. Segundo as estimativas do *Slave Voyages*, entre 1751 e 1775 esta ilha recebeu cerca de 716 escravos, e entre 1776 e 1800 um total de 3.775 escravos. De acordo com Ferrer (2012, p. 40), a Revolução Haitiana teve, assim, dois efeitos aparentemente contraditórios: encarnou a liberdade e o poder dos negros, embora tenha causado um incremento considerável da escravidão. Cuba passou dessa maneira a ocupar o lugar de São Domingos no mar antilhano, e entre 1801 e 1875 o tráfico transatlântico de negros para a ilha foi estimado em cerca de 766.519 africanos embarcados.

Os efeitos da revolução foram sentidos para além dos territórios americanos, como alude Morel (2017). Devido à perda de sua mais rica colônia ultramarina a França, sob comando de Napoleão Bonaparte, foi obrigada a instaurar o Bloqueio Continental à Grã-Bretanha em 1806, que posteriormente levaria a Família Real portuguesa a fugir para sua colônia brasileira em 1808. A guerra entre os dois impérios pelo controle dos mercados europeus, e a morte de Luís XVI em 1793, foi de extrema importância para a formação dos processos de independência Latino-americanos.

Em 1805, no Rio de Janeiro, já chegavam as notícias da luta dos negros contra o poder colonial. Antes mesmo dos primeiros jornais brasileiros serem criados, os setores pobres e livres da população já haviam tomado conhecimento das histórias dessa rebelião pela transmissão oral (MOREL, 2017). Segundo registros policiais da época, conforme apresentado por Morel em seu livro *A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista: o que não deve ser dito*:

O ouvidor do Crime mandara arrancar dos peitos de alguns cabras e crioulos forros, o retrato de Dessalines [sic], Imperador dos Negros da Ilha de São Domingos. E o que é mais notável era que estes mesmos negros estavam empregados nas tropas da Milícia do Rio de Janeiro, onde manobravam habilmente a artilharia (MOREL, 2017).

Após a chegada da Família Real em 1808, e as várias independências do contexto luso-brasileiro, a agitação dos setores negros da população cresceu na capital do Império e por toda a colônia e no país independente. Episódios de negros e mulatos sublevados, que faziam referência aos líderes haitianos, ocorreram em diversas capitâneas brasileiras, onde a produção de açúcar se expandia rapidamente. O processo de interiorização da metrópole no Rio de Janeiro foi complexo e multifacetado, e o partido dos negros foi capaz de gerar uma grande preocupação à monarquia e à elite senhorial que tentava governar o Estado luso-brasileiro em formação (MOTA, 1972, grifo próprio).

Os trabalhadores africanos escravizados das Américas já se organizavam contra o escravismo de *plantation* antes mesmo da Revolução Haitiana, como foi mencionado anteriormente, movimentos de resistência eram comuns onde esse sistema produtivo foi implementando (DE BIVAR MARQUESE, 2006). Todavia, a Revolução Haitiana foi responsável por exaltar os ânimo em torno das questões raciais em todas as colônias do Novo Mundo. O início do século XIX, dessa forma, foi marcado por duas características extremamente valiosas para se compreender o passado e a formação dos Estados Nacionais americanos. A primeira, a expansão do complexo escravista e o apogeu do tráfico atlântico de negros para Brasil, Cuba e Estados Unidos; a segunda, o endurecimento das relações escravistas e o aumento da tensão das relações sociais e raciais (MOREL, 2017).

Enquanto a maior parte das colônias espanholas buscou se tornar independente no início do século XIX e, apesar de não terem abolido a escravidão de imediato, foram responsáveis por criar outras leis que buscavam tornar livres os escravos nascidos em território americano. A elite escravista cubana viu a opção de se manter fiel ao Monarca e unida à Espanha como benéfica para o desenvolvimento de sua economia que começava a se especializar nas *plantations* e engenhos de açúcar (FERRER, 2012).

Sensível na América hispânica, o assunto era ainda mais vital no Brasil, a única jurisdição da América ibérica onde a população branca era possivelmente menor que a escravizada. Em contraste com as potências escravistas do seu tempo (Estados Unidos e Cuba), o Brasil é aquela com a menor porcentagem de brancos na população total. No máximo, 30%. [...] (PARON, 2022, p. 793).

O fato de Cuba ter sido a última colônia espanhola da América a tornar-se independente está ligado precipuamente ao desenvolvimento do setor escravista da ilha.

Afinal de contas, revoltas escravas seriam contidas mais facilmente com a ajuda do poder metropolitano que podia concentrar suas forças na maior ilha do Caribe (FERRER, 2012). O poder colonial era assim uma instituição fundamental onde se desejava manter o sistema escravista.

No Brasil do século XIX, especificamente na região Norte-Nordeste, ocorreram diversos movimentos de independência como, por exemplo, a Revolução Pernambucana (1817) e a Confederação do Equador (1824). Paralelamente, esses momentos de instabilidade do poder colonial fez com que toda a sociedade se organiza-se em busca de seus interesses, não seria diferente com as populações negras, pobres e mulatas. Nessas regiões ocorrem os maiores movimentos brasileiros que fizeram referência a Revolução Haitiana. Essa parte esquecida de nossa história, mostra um capítulo marcante da luta dos negros livres ou libertos e seus descendentes contra o sistema escravista brasileiro.

## 5. AS VÁRIAS INDEPENDÊNCIAS: NEGROS, MULATOS E O CENÁRIO DA PEDROSADA NOS MOVIMENTOS DE INDEPENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

A capitania de Pernambuco foi, durante todo o período colonial, umas da regiões mais ricas do Império português e devido sua posição privilegiada foi alvo das invasões holandesas do século XVII, juntamente com a Bahia (DE BIVAR MARQUESE, 2006).

**Figura 1 – Localização da região de Pernambuco no mapa do Brasil**



Fonte: Google Maps (2024).

O complexo escravista dessas regiões era altamente lucrativo e sua população foi majoritariamente formada por pessoas negras e mulatas. Segundo dados do Slave Voyage, essas duas capitanias foram responsáveis por embarcar 1.265.614 africanos de um total de 2.209.536 trabalhadores escravizados enviados forçadamente para o Brasil entre 1701 e 1800. Esses eventos em contrapartida talharam a cultura e a história dessa região e, conseqüentemente, a formação do Estado que conhecemos nos dias atuais, que por sua vez era bem maior antes da Revolução Pernambucana de 1817.

De acordo com Andréa Lisly (2018, p. 7), os eventos acarretados pelas invasões aos territórios pernambucanos impactaram a construção do imaginário da população acerca de suas origens. A memória construída a partir do papel dos naturais de Pernambuco na expulsão dos holandeses, em defesa da porção portuguesa na América, “numa época em que o próprio Portugal parecia ceder às imposições do governo de Nassau, foi revivida, reapropriada e ressignificada em momentos posteriores.” Nesse mesmo período de instabilidade política a região testemunhou a criação do maior

quilombo das Américas, sendo outro movimento de resistência que se manteve vivo no imaginário das populações pobres da época.

A interiorização da metrópole no Rio de Janeiro e o aumento dos impostos sobre a colônia gerou grande descontentamento da elite pernambucana, e motivou a capitania a se revoltar contra o novo poder colonial que se instalava nas Américas (MOTA, 1972). Conforme observado por Lisly (2018) na Revolução de 1817, talvez o principal propósito fosse destacar que o papel protagonizado pela capitania na resistência contra as invasões holandesas, no século XVII, legitimava seus habitantes para confrontar a tentativa da metrópole, que se instalava no Rio de Janeiro, de subjugar o Norte em favor do Centro-Sul.

Apesar de a experiência republicana de 17 ter sido curta e, posteriormente, severamente reprimida pelo Regente, D. João, a revolução serviu para ampliar o horizonte de expectativa de seus contemporâneos. O apoio à República pela elite senhorial da região viu-se freado pelo imperativo da escravidão, a riqueza dos senhores de engenho provinha do trabalho forçado dos africanos em suas plantações de açúcar e no próprio tráfico, e não podiam arriscar perder tudo de mão beijada. As milícias de negros compunham boa parte do corpo militar da revolução e por medo deles tomarem para si o poder da capitania, a elite foi obrigada a dispensá-los do exército (MOTA, 1972).

De acordo com Lisly (2018), Pedro da Silva Pedroso foi um mulato que desempenhou um papel ativo no movimento de 1817 como um dos membros mais radicais da junta governamental, destacando-se por sua defesa pela abolição imediata da escravidão. Sendo ele, um indivíduo ambíguo e amplamente apreciado pelas populações negras de Pernambuco, Pedroso não foi contemplado pela anistia concedida em 1821 aos revolucionários de 1817, devido à sua responsabilidade em “crimes de sangue” durante o período em que os revolucionários assumiram o controle da capitania.

Por esse movimento fora condenado ao degredo para a Ásia, sendo enviado, porém, para Portugal. No Reino, sim, fora anistiado pelas Cortes, retornando a Pernambuco. Diretamente implicado na derrubada da Junta presidida por Gervásio Pires, tornou-se Governador de armas durante o governo da junta dos Matutos. Descrito como mulato, Pedroso arregimentou homens de cor para compor as milícias que se amotinaram no Recife, ao início de 1823 (MELLO, 2004, apud LISLY, 2018, p. 13-14).

A vida de Pedroso foi permeada por contradições, pois transitou do radicalismo extremo em 1817 para o apoio ao projeto do Rio de Janeiro e à independência política

em 1822, culminando com sua participação na repressão à Confederação do Equador em 1824. Diferentemente dos mestiços haitianos, que desprezavam os negros e almejavam igualar-se aos colonos brancos, Pedroso via os negros e mestiços brasileiros como sua gente, e desejava fazer parte de uma sociedade onde homens de cor fossem livres (LISLY, 2018; MOREL, 2017).

As alusões de Pedro da Silva Pedroso ao modelo haitiano de uma sociedade afro-americana tornam-se mais evidentes ao levarmos em conta os testemunhos da época. Após Pedroso aprisionar 180 reinóis em 1822, surgiram estórias de que ele planejava tomar o poder da capitania em 6 de março, aniversário da Revolução de Dezesete (LISLY, 2018). De acordo com Lisly (2018), testemunhos da época corroboram o componente étnico na liderança pedrosista, destacando que ele foi aclamado pelos pretos e mestiços que compunham seu batalhão, comparando-o a Cristóvão, ‘o imortal haitiano’, prometendo represálias contra brancos e ‘caiadós’. Essa associação remetia diretamente ao ex-companheiro de Dessalines na luta de independência do Haiti, Henri Christophe, que agia de forma mais radical e buscava criar um governo autônomo no Norte da ilha, recusando o reconhecimento do Império francês e não aceitando qualquer interferência externa em seu país, como mencionado anteriormente (MOREL, 2017).

A escolha desse líder haitiano serve para evidenciar algumas das reais pretensões de Pedroso naquele momento, que, ao contrário do antigo líder revolucionário Toussaint Louverture, não vislumbrava manter relações com a antiga metrópole, mas sim estabelecer um império autônomo de negros e mulatos no nordeste brasileiro. Afinal de contas, Christophe e Dessalines eram mais radicais em sua abordagem em relação ao poder colonial e aos colonos brancos, sendo eles responsáveis por eliminar os últimos franceses que viviam na ilha. Toussaint era um homem moderado, apesar de ter abolido a escravidão em São Domingos, nunca considerou romper os laços com a França, o catolicismo e os brancos (MOREL 2017).

Os motins liderados por Pedro da Silva Pedroso, conhecidos popularmente conhecido como “Pedrosada”, tiveram início em 22 de fevereiro de 1823 (LISLY, 2018). Segundo Da Silva (2016, p. 9), Pedroso assumiu a posição de Governador das Armas em 17 de setembro de 1822, apenas um mês após retornar a Recife, mantendo uma relação ambígua com D. Pedro I.

A condição de Governador das Armas implicava assumir uma função autônoma em relação ao governo civil e obedecendo apenas as ordens

de Lisboa, no entanto quando Pedro da Silva Pedroso assumiu o comando não prestava obediência a nenhuma das cortes. Ele tomava decisões como prender, soltar e executar pessoas sem a menor comunicação à junta além de conceder e retirar autoridades militares (Da Silva, 2016, p. 10).

Seu apoio era requisitado por ambos os partidos presentes na província, tanto os monarquistas quanto os republicanos, devido à sua popularidade entre as pessoas negras, pardas e mestiças. Apoiado por populares e militares, Pedroso foi responsável por destituir a Junta de Gervásio Pires e a substituiu por outra, a Junta dos Matutos (2016, *ibidem*). Conforme a autora destaca, o estopim para o início do movimento da “Pedrosada” ocorreu quando o Governador das Armas emitiu ordens de prisão ao segundo tenente de artilharia, Manoel Alexandre Taveira. A junta governamental, recusando-se a aceitar a decisão de Pedroso, impediu a prisão do tenente. Essa atitude foi interpretada como uma afronta e uma ameaça para o Governador, pois ele era um oficial pardo que havia destituído o governo anterior e agia de maneira independente. Temendo ser removido do comando da província ele sitiou o prédio governamental dando início a um motim com teor político mas principalmente social e étnico.

A sublevação tomou essas características devido a sua base de apoio, ou melhor, o reduto onde o governador das Armas se fortalecia, os populares dos bairros de São José e Afogados, composto quase totalmente por mulatos, negros e mestiços pobres livres e libertos além dos dois batalhões de caçadores, o esquadrão de cavalaria de primeira linha, o batalhão dos Bravos da Pátria, os Monta Brechas, os Intrépidos, alguns milicianos e todas as guerrilhas. A Pedrosada tomou as ruas da Ilha de Santo Antônio, das quais destacam-se: Rua São Francisco, rua da casa da Cadeia, o Beco do Ouvidor, rua Florentina, rua do Hospital do Paraíso, o segundo Beco da rua Nova de quem vem da Ponte da Boa Vista, no primeiro Beco da rua Matriz e na rua do Cabugá nos dias 21, 22 e 28 de fevereiro de 1823 (SILVA, 2016, p.11).”

Longe de serem uma “massa de manobra”, as populações envolvidas nesse motim eram politizadas, consciente de seus objetivos e sabiam claramente qual governo e governante desejavam. O sistema político almejado consistia em um império composto por negros e liderado por Pedro da Silva Pedroso, seguindo o modelo haitiano. No entanto, o motim não obteve apoio suficiente para tomar a província, levando Pedroso a solicitar sua demissão do cargo de Governador das Armas, alegando questões de saúde. Após sua renúncia, os negros sob seu comando rebelaram-se novamente, porém sem sucesso. O líder foi preso e enviado para o Rio de Janeiro, onde estabeleceu certa proximidade com D. Pedro I, sendo posteriormente incorporado ao

governo imperial para reprimir a Confederação do Equador (1824), que se espalhava pelo norte-nordeste do país (Da Silva, 2016; LISLY, 2018).

A saída de Pedro da Silva Pedroso do cargo de Governador das Armas, não resultou na pacificação da população negra, parda e mestiça, pois este grupo populacional permaneceu ativo nos diversos movimentos políticos do período. Enquanto o sistema escravista e as *plantations* continuavam a operar no nordeste açucareiro, os negros foram responsáveis por diversos movimentos de resistência na região (DA SILVA, 2016).

O partido dos negros tornou-se uma grande preocupação para o poder imperial, e o século XIX testemunhou as maiores rebeliões e revoltas escravas da história brasileira (DE BIVAR MARQUESE, 2006). Poucos meses após a “Pedrosada”, Recife foi palco de outro movimento protagonizado pela população negra e mestiça, liderado por Emiliano Benício Mundurucu, o líder do Batalhão dos Pardos, durante a Confederação do Equador. Mundurucu almejava aniquilar colonos portugueses e ingleses que residiam nos bairros abastados da cidade. Sendo este mais um movimento que fez referência à Revolução Haitiana e seus líderes no nordeste brasileiro (MOREL, 2017).

### **5.1. O Partido dos Negros e seu Impacto na Formação do Estado Brasileiro**

O século XIX foi caracterizado pela emancipação das colônias latino-americanas e pela expansão do sistema escravista na República dos Estados Unidos, no Império do Brasil e na colônia espanhola de Cuba. A Era das Revoluções testemunhou o apogeu da escravidão negra no Novo Mundo, tanto em termos do número absoluto de escravos alocados nas *plantations* americanas, quanto do valor obtido com a exploração de seu trabalho (MARQUESE e PARRON, 2011).

De acordo com Marquese e Parron (2011) no artigo intitulado “Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão”, as transformações advindas com a chegada da economia-mundo industrial do século XIX impuseram aos senhores de escravos nas Américas a necessidade de aumentar continuamente a produtividade de seus cativos, sob o risco de serem excluídos do mercado internacional. Essa nova dinâmica do sistema escravista resultou no colapso das antigas regiões produtoras de insumos primários do Caribe britânico e francês, que atingiram os limites de sua capacidade produtiva.

O esgotamento do solo nessas regiões, juntamente com os eventos acarretados pela Revolução Haitiana, criaram oportunidades para as regiões que até então estavam na periferia econômica das zonas de exploração escravista do Novo Mundo. Nesse processo, conforme observado pelos autores, as especializações específicas em produção em larga escala de açúcar, café e algodão moldaram suas economias através de uma interação de influências mútuas. Apesar dos esforços iniciais da Grã-Bretanha em proibir o tráfico atlântico de negros no início de 1820 até 1830, a colônia espanhola de Cuba e o Império do Brasil se viam protegidos pelo primeiro país independente das Américas. Afinal de contas, esses estados que se encontravam na periferia do mundo colonial não eram capazes de confrontar o maior Império do século XIX, a Inglaterra (DMARQUESE e PARRON, 2011).

E não podia ser de outro modo: quem podia ser levado a sério em Londres, quem dispunha de um Estado militarmente relevante (tendo derrotado a própria Grã-Bretanha duas vezes), quem fornecia o principal insumo da Revolução Industrial não eram os cafeicultores do Vale do Paraíba nem os donos de engenho do Ocidente de Cuba, mas os proprietários brancos, protestantes e membros de uma comunidade cultura inglesa que produziam algodão no Sul dos Estados Unidos. [...] Os atores sulistas procuram operar também na arena internacional, publicando escritos para sem lidos fora do país na esperança de reverter a gradual construção de um consenso anti-escravista no Ocidente.

Analisar a Revolução Haitiana sob essa perspectiva a torna ainda mais notável. Em um exercício de história contrafactual, caso os africanos escravizados de São Domingos não tivessem travado uma guerra contra os maiores impérios do século XVIII, buscando sua liberdade e a destruição do poder colonial, a “Pérola das Antilhas” teria continuado a receber um número crescente de cativos ao longo do século XIX. A efetiva abolição da escravidão no Novo Mundo só se concretizou quando, liderados por Toussaint Louverture, os negros compeliram a República Francesa a abolir a escravidão de todas as suas colônias. E, graças a Jean Jacques Dessalines, os trabalhadores escravizados foram capazes de frustrar os planos de Napoleão Bonaparte de restaurar o sistema escravista na ilha.

O Império do Brasil foi a maior nação escravagista do século XIX. De acordo com dados oficiais do site *Slave Voyages* – essa estimativa não leva em conta o tráfico ilegal, aproximadamente 2.469.879 africanos foram embarcados forçadamente para as terras brasileiras. Em contraste, os sistemas escravistas de Cuba e do Sul dos Estados

Unidos, apesar de sua magnitude, foram responsáveis por embarcar um total de 866.504 trabalhadores escravizados.

Os escravos e seus descendentes compunham a maior parte da população brasileira e, ao longo do século XIX, representaram uma ameaça real à classe senhorial e a todo o setor produtivo do Império. O temor de uma repetição dos eventos ocorridos no Haiti levou à construção da unidade nacional, fundamentada no receio de possíveis rebeliões escravas. De acordo com Mota (1972), as classes dominantes em qualquer lugar da colônia sentiam insegurança em relação ao desequilíbrio significativo entre uma minoria branca e proprietária, e uma maioria de desempregados, pobres e mestiços. A missão da monarquia portuguesa, no contexto da independência, era salvar a raça branca e salvar-se a si mesma, pois caso uma rebelião escrava eclodisse nas províncias do Norte do Brasil, isso levaria à dissolução do império e à anarquia.

Ao analisarmos uma carta de época de um espião Francês que visitava o Brasil a mando de D. João VI, após a proclamação de independência, podemos ver seu grande temor acerca do Partido dos Negros e o *haitianismo*. A carta encontra-se no Prefácio do livro intitulado “1822: Dimensões” de Carlos Guilherme Mota (1972, p. 481-483).

Pode-se não apenas fazer valer junto a estas pessoas as mesmas razões expostas aqui, com nuances que os interessa mais diretamente, mas deve-se igualmente demonstrar-lhes as desgraças a que certamente se expõem as pessoas brancas, principalmente os brasileiros brancos, não se opondo à perseguição e os massacres que sofrem os portugueses europeus, pois embora havendo no Brasil aparentemente só dois partidos, existe também um terceiro: o partido dos negros e das pessoas de cor, que é mais perigoso, pois trata-se do mais forte numericamente falando. Tal partido vê com prazer e com esperanças criminosas as dissensões existentes entre os brancos, os quais dia a dia têm seu número reduzido.

A menção dos “dois partidos” no Brasil e a introdução do “terceiro partido dos negros e das pessoas de cor” revelam as tensões políticas da época, onde as divisões não se limitavam apenas aos partidos monarquista e republicano. Além disso, a segunda parte da carta menciona a ilha de São Domingos.

Finalmente: todos os brasileiros, e sobretudo os brancos, não percebem suficientemente, que é tempo de se fechar a porta aos debates políticos, às discussões constitucionais; Se se continua a falar dos direitos do homens, de igualdade, terminar-se-á por pronunciar a palavra fatal: liberdade, palavra terrível e que tem muito mais força num país de escravos do que em qualquer outra parte. Então, toda a revolução acabará no Brasil com o levante dos escravos, quebrando

suas algemas, incendiarão as cidades, os campos e as plantações, massacrando os brancos, e fazendo deste magnífico império do Brasil uma deplorável réplica da brilhante colônia da São Domingos. Coisa alguma é exagerada no que acabo de expor. Tudo, infelizmente, é muito verdadeiro. [...]

Essa passagem destaca o intenso temor gerado pela Revolução Haitiana, aliado à ascensão do movimento abolicionista alavancado pela Inglaterra, o qual provocou grande apreensão na elite senhorial. O aspecto mais surpreendente reside na evidente inquietação associada à palavra “liberdade”, vista como uma força potencialmente destrutiva no maior Império escravista do século XIX. O simples fato de se falar em liberdade, já era o suficiente para incitar rebeliões entre os setores escravizados.

Apesar de as previsões do espião não terem se concretizado, os escravizados brasileiros foram responsáveis por desencadear diversas revoltas durante todo o período imperial. Entre 1807 e 1835, a Bahia testemunhou um momento de rebeliões contínuas dos trabalhadores africanos escravizados, cujo ápice foi a Revolta dos Malês (1835). Embora não tenham abalado a estrutura do sistema escravista, tais eventos permitiram aos negros demonstrar sua força perante a elite senhorial. Graças à tenacidade desses indivíduos e à sua luta constante contra o cativo, a abolição efetiva foi conquistada em 1888, após uma série de rebeliões escravas (DE BIVAR MARQUESE, 2006).

## 6. CONCLUSÃO

A Revolução Haitiana alterou o horizonte de expectativa dos escravizados e dos senhores, ampliando a percepção do que era possível e impossível frente o contexto da escravidão. Nesse sentido, não compreendemos por experiência um conjunto de acontecimentos que estão imóveis ou concluídos em um passado morto. Pelo contrário, a categoria do historiador Reinhart Koselleck, pretende pensar o passado como dimensão temporal que se enraíza no presente, que o constrói e constitui a partir de uma relação simbiótica: o passado que dá sentido à vida no aqui e agora, e o presente que modifica e ressignifica o passado a partir de determinadas demandas da atualidade, refazendo os tortuosos caminhos da lembrança e da memória.

Os impactos da revolução no mundo colonial foram múltiplos. Os acontecimentos acarretados após a insurreição escrava de 1791 influenciaram diretamente na valorização do açúcar e suscitaram um temor de que uma insurreição de tal magnitude pudesse ocorrer em outras regiões escravistas do Novo Mundo. Afinal de contas, o escravismo de *plantation* era uma instituição comum e necessária para as economias coloniais.

O processo de expansão do sistema de *plantations* pelas Américas iniciou-se com os portugueses e os primeiros engenhos da região Norte, atual nordeste, das terras brasileiras. Devido à sua emulação no Mar Antilhano pelos ingleses e franceses, esse sistema produtivo de acumulação de capital foi responsável por mudar a demografia das ilhas do Caribe, e de criar os primeiros países afro-americanos da história. Esse processo, que começou com a maior rebelião escrava do mundo colonial, transitou ao longo de 12 anos para uma revolução. Os negros armados sob o comando de Toussaint Louverture foram responsáveis por forçarem a República Francesa a abolir a escravidão em todas as suas colônias. Posteriormente, sob comando do primeiro Imperador do Novo Mundo, Jean Jacques Dessalines, os africanos escravizados e seus descendentes foram responsáveis por fundar o primeiro país criado por africanos e seus descendentes fora da África e, ao mesmo tempo, caminharam em direção à destruição da dominação colonial e do sistema escravista.

Esse acontecimento, embora seja magnífico em seus efeitos que tornaram possível a abolição da escravidão, foi marcado por um apagamento sistemático da História. Tal apagamento pode ser atribuído ao racismo enraizado nas relações

desenvolvidas pelas sociedades escravistas do Velho e do Novo Mundo, além do receio de que o exemplo da luta dos escravizados haitianos servisse como exemplo para outras rebeliões escravas nas Américas. Afinal de contas, o século XIX testemunhou a expansão do complexo escravista pelo Novo Mundo devido às novas oportunidades comerciais provenientes da industrialização inglesa.

Os eventos da Revolução Francesa, em concomitância com a Revolução Haitiana, revelaram aos escravizados do Novo Mundo que a abolição da escravidão seria possível somente por meio da luta organizada dos africanos e seus descendentes. Os revolucionários franceses, apesar de desejarem a liberdade dos negros, mantiveram a abolição da escravidão por apenas 8 anos, e tiveram seus planos destruídos por Napoleão Bonaparte, os contrarrevolucionários e a elite dos portos. A escravidão negra era uma instituição econômica crucial para as metrópoles e as economias coloniais, e só foi possível dar início ao processo de abolição nas Américas graças aos negros revolucionários haitianos.

Embora a insurreição de 1791 e a subsequente independência do Haiti em 1804 tenham estimulado o desenvolvimento de outras regiões escravistas no Novo Mundo, como no caso da colônia espanhola de Cuba, o tráfico de trabalhadores africanos escravizados atingiu seu ápice durante o século XIX devido à ação conjunta das principais potências escravistas da época, com os Estados Unidos liderando esse movimento. Os norte-americanos foram responsáveis por desafiar as proibições da Grã-Bretanha e sua campanha anti-escravista, sendo esse o único país das Américas que conseguia confrontar as tropas inglesas.

A nação que hoje é considerada por muitos como o “país da liberdade” desempenhou um papel crucial na manutenção e a expansão do complexo escravista durante o início do século XIX até os desdobramentos de sua Guerra Civil, da qual o Norte Abolicionista emergiu como vencedor. Apesar de as Treze Colônias Americanas terem adotado a primeira constituição liberal do Novo Mundo, a escravidão era uma instituição econômica fundamental para o Sul e por décadas foi vista como um “mal necessário”. Isso levanta questionamentos sobre o verdadeiro significado da liberdade propagado pelos liberais, desde a Revolução Francesa e a criação da primeira Constituição do Novo Mundo; seria a liberdade propagada por eles associada única e exclusivamente a liberdade de comércio ou à autonomia de um indivíduo escolher os destinos de sua própria vida?

Apesar dos esforços dos revolucionários haitianos em abolir a escravidão do Novo Mundo, desempenhando um papel significativo nos processos de independências latino-americanos, as elites econômicas foram responsáveis por manter esse cruel sistema de trabalho pelo maior tempo possível, enriquecendo nações, construindo impérios e heranças. A Revolução Haitiana representa a luta dos negros por sua liberdade, evidenciando que, sem a guerra sangrenta dos escravizados pelo fim do sistema escravista, a escravidão teria persistido como uma instituição econômica fundamental por ainda mais tempo nas regiões do Novo Mundo.

Os revolucionários haitianos foram responsáveis por tornar possível a destruição da ordem escravista, motivando africanos e seus descendentes a se rebelarem ao longo de todo o século XIX. Eles foram responsáveis por universalizar o conceito de liberdade, rompendo as barreiras que separavam homens livres de escravos.

## 7. REFERÊNCIAS

- BUCK-MORSS, Susan. Hegel e Haiti. **Novos estudos CEBRAP**, p. 131-171, 2011.
- CHOPRA, Ruma. Os Quilombolas Monarquistas da Jamaica no Mundo Atlântico Britânico, 1740-1800. **Varia Historia**, v. 35, p. 209-240, 2019.
- DA SILVA, CLÉCIA MARIA. Pedro da Silva Pedroso e a Pedrosada de 1823: descontentamento, insubordinação e motim. **XXIX Simpósio Nacional de História**, 2016.
- DE BIVAR MARQUESE, Rafael. A dinâmica da escravidão no Brasil. **Novos Estudos**, n. 74, 2006.
- DE MELO ROSA, Renata; PONGNON, Vogly Nahum. A república do Haiti eo processo de construção do estado-nação. **Revista Brasileira do Caribe**, v. 13, n. 26, p. 461-494, 2013.
- DUARTE, Evandro Charles Piza; QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa. A Revolução haitiana e o atlântico negro: o constitucionalismo em face do lado oculto da modernidade. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 49, 2016.
- FERRER, Ada. A sociedade escravista cubana e a Revolução Haitiana. **Almanack**, p. 37-53, 2012.
- Google Maps. Região de Pernambuco no mapa do Brasil. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/preview>. Acesso em: Fev.2024.
- JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros**: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos, 1938.
- KOSELLECK, Reinhard. “Espaço de Experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas”. In. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; **Puc-Rio**, 2006..
- LISLY, Andréa. As “várias independências”: a contrarrevolução em Portugal e em Pernambuco e os conflitos antilusitanos no período do constitucionalismo (1821-1824). **CLIO: Revista Pesquisa Histórica**, v. 36, n. 1, p. 4-27, 2018.
- MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis Peixoto. Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 12, p. 97-117, 2011.
- MOREL, Marco. **A Revolução do Haiti e o Brasil escravista: o que não deve ser dito**. Paco Editorial, 2017.
- MOTT, Luiz. A Escravatura: o Propósito de uma Representação a El-Rei sobre a Escravatura no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 14, p. 127-136, 1973.

PARRON, Tâmis. Escravidão e as fundações da ordem constitucional moderna: representação, cidadania, soberania, c. 1780-c. 1830. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 23, p. 699-740, 2022.

SAES, Laurent Azevedo Marques. a sociedade dos amigos dos negros: o antiescravismo na revolução francesa. **História Econômica & História de Empresas**, v. 16, n. 2, 2013.

SIMONSEN, Roberto C. História Econômica do Brasil: 1500-1820/Roberto C. Simonsen. -Brasília: **Senado Federal, Conselho Editorial**, 2005.

Williams, Eric. Capitalismo e escravidão. **América: Economia e sociedade**, 1944.